

CEARÁ

no feminino

O livro reúne um conjunto de informações que tratam da condição sociopolítica, econômica e cultural da mulher cearense. Sua análise possibilita o reconhecimento da mulher e sua desocultação de protagonista social inviabilizado historicamente na sociedade rural.

Trata-se de um trabalho que se reveste de extrema importância para organizações que atuam com o público feminino rural e com programas de gênero, pela riqueza de informações que o mesmo contempla, face a escassa produção de estudos sobre essa temática no mundo rural.

Este é um estudo pioneiro na coleta de dados na temática "mulher rural e as relações de gênero" no Ceará e será um subsídio às organizações governamentais e não governamentais do Ceará e Nordeste, voltados para o conhecimento da mulher rural e suas multiplicidades.

O CETRA está de parabéns por esta publicação que, com certeza, despertará o interesse de pessoas, organizações e estudiosos(as) nessa temática.

CETRA



desenvolvimento, sustentabilidade e solidariedade

Apoio:

NEAD

NUCLEO DE ESTUDOS AGÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL

DESENVOLVIMENTO
E PAZ



DÉVELOPPEMENT
ET PAIX

ISBN 8 5 7 2 8 2 1 3 3 - 3

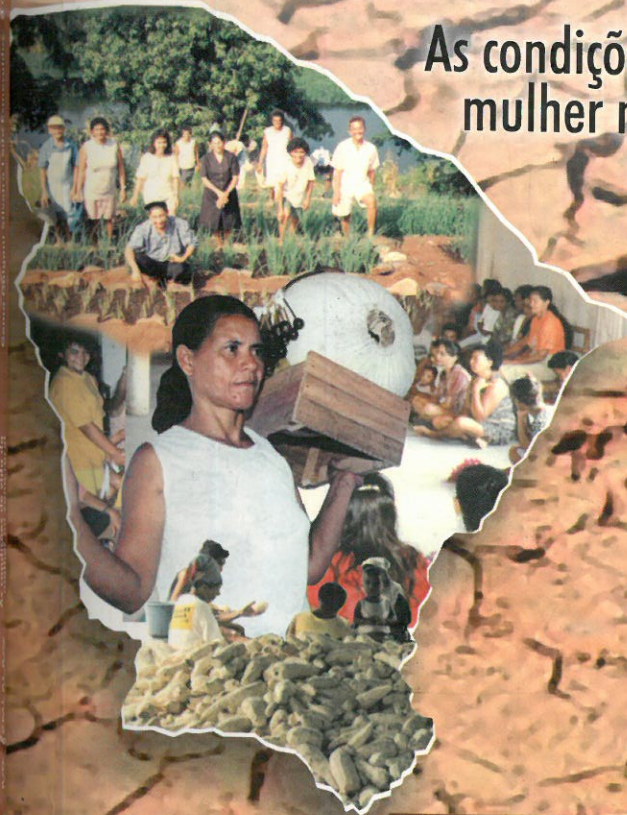


9 1 7 8 8 5 7 2 1 8 2 1 3 3 9 1

CEARÁ

no feminino

As condições de vida da
mulher na zona rural



Editora
UFC

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Lúcia Maria Paixão Aragão
Margarida Maria de Souza Pinheiro
(ORGANIZADORAS)

Gema Galgani S. L. Esmeraldo é professora do Departamento de Economia Doméstica/UFC. Publicou *O Feminino na Sombra: relações de poder na CUT* e coordenou a pesquisa "O Conselho Cearense de Direitos da Mulher/CCDM: relações entre movimentos de mulheres e o Estado" publicada pela Editora Paz e Terra. Mestra em Educação Popular/UFPB e doutoranda em Sociologia/UFC, realiza uma pesquisa sobre o MST e os grupos de produção de mulheres no espaço rural do Estado do Ceará. É membro fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família/NEGIF/UFC e participou da direção sindical da ADUFC e da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT/ Ceará.

Lúcia Maria Paixão Aragão é Socióloga pela UECE e Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela UFC. Trabalhou no MEB/Tianguá no período de 1982 a 1984. Coordenou o Programa Mulher e Cidadania e desempenhou a função de Diretora Institucional do CETRA de 1994 a 2002. Coordenou a pesquisa "As condições de vida e de trabalho da mulher trabalhadora rural no Ceará". Assessorou o Movimento de Mulheres

CEARÁ NO FEMININO: AS CONDIÇÕES DE VIDA DA MULHER NA ZONA RURAL

Universidade Federal do Ceará

Reitor

Prof. René Teixeira Barreira

Vice-Reitor

Prof. Ícaro de Sousa Moreira

Editora UFC

Editora

Maria Elias Soares

Diretor da Imprensa Universitária

Luiz Falcão

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Italo Gurgel

Conselheiros

Prof^a Elza Maria Franco Braga

Prof^a Maria Helena da Silva Pitombeira

Prof. Francisco de Assis Melo Lima

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Lúcia Maria Paixão Aragão

Margarida Maria de Souza Pinheiro

(Organizadoras)

**CEARÁ NO FEMININO:
AS CONDIÇÕES DE VIDA DA
MULHER NA ZONA RURAL**

Editora
UFC

Fortaleza

2003

Ceará no feminino: as condições de vida da mulher na zona rural

© 2003 Copyright by Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Lúcia Maria

Paixão Aragão e Margarida Maria de Souza Pinheiro

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editores Universidade Federal do Ceará – UFC

Av. da Universidade, 2995 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP 60020-181 – Tel/Fax: (085) 288.7439

Internet.: www.editora.ufc.br – E-mail.: editora@ufc.br

Divisão de Editoração

Produção Editorial

Luiz Falcão

Edição e Revisão de Texto

Roberto Cunha Lima

Maria das Dores de Oliveira Filgueira

Normalização Bibliográfica

Perpétua Socorro Tavares Guimarães Azevedo

Programação Visual e Diagramação

Luiz Carlos Azevedo

Capa

Antônio Sousa Mariano

Ficha Catalográfica – Elaborada por Perpétua Socorro Tavares Guimarães – reg. C.R.B. 3 nº 801/98

E 74 c Esmeraldo, Gema Galgani Silveira Leite

Ceará no feminino: as condições de vida da mulher na zona rural./ Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo; et al. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

138 p.: il.

I. Mulheres trabalhadoras rurais - condições de vida e trabalho I. Título

CDU 396

Editora filiada à



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ISBN 85-7282-133-3

À memória das professoras

Teresa Haquette

Verônica Gonçalves

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	9
1	INTRODUÇÃO	13
2	IDENTIDADES CONSTRUIDAS PARA A MULHER	15
2.1	Estado Civil	15
2.2	Idade	17
2.3	Número de Filhos	18
2.4	Ocupação	21
2.5	Rendimentos	21
2.6	Escolaridade	24
2.7	Religiosidade	26
2.8	Lazer	29
2.9	Raça	31
3	MULHER RURAL E FAMÍLIA	34
3.1	Renda Familiar	34
3.2	Migração	36
3.3	Condições de Moradia	37
3.4	Posse da Terra	38
3.5	Relações de Trabalho	39
3.6	Violência Doméstica	47
4	A SAÚDE DA MULHER RURAL	49
5	O CORPO FEMININO – PRODUÇÃO DE SENTIDOS	51
6	A MULHER RURAL E A POLÍTICA	57
6.1	Sobre as Eleições Estadual e Federal no Ano de 1990	67
6.2	Sobre as Eleições para Prefeito, Vereador e Presidente da República em 1992	68
7	SONHOS E REALIZAÇÕES	71
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
	ANEXOS	77

APRESENTAÇÃO

O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, é uma organização não governamental fundada em 1981, que desenvolve ações junto a populações rurais do Ceará, inicialmente contribuindo no processo de organização social de trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva da conquista da terra e, conseqüentemente, nos esforços de viabilização econômica e de emancipação político-social.

Na segunda metade da década de 1980, inicia-se um trabalho mais específico com mulheres rurais, a partir da realização de dois encontros estaduais (1986/1987), quando se discutiu a situação social, política e econômica das trabalhadoras em suas comunidades. O trabalho prosseguiu com ação na base junto a grupos que começavam a organizar-se nos municípios de Amontada, Itapipoca, Itarema, Trairi e Tururu, incluindo entre esses grupos, mulheres da nação Tremembé e remanescente do quilombo de Tururu.

As trabalhadoras rurais, embora desenvolvendo múltiplas atividades, dentre as quais a de produção agrícola, não tinham, como ainda não têm, seu trabalho reconhecido e remunerado. Não tinham nenhuma inserção política nos sindicatos e nas associações. A partir do trabalho do CETRA, as mulheres foram descobrindo seus valores e potencialidades e foram procurando ter uma participação mais efetiva na vida da comunidade com o engajamento no movimento sindical e nas associações locais, além de buscar alternativas de ter ingressos que lhes permitissem uma certa autonomia financeira.

A partir da situação das mulheres rurais, junto às quais atuava, o CETRA despertou para a necessidade de conhecer melhor a realidade dessas mulheres trabalhadoras rurais no Ceará e assumiu o desafio de realizar um estudo que retratasse as condições de vida e de trabalho desse segmento social e subsidiasse seu trabalho, o de outras organizações,

universidades e demais grupos de interesse. Para isso articulou-se com a Universidade Estadual do Ceará/UECE, a fim de buscar o apoio necessário à realização da pesquisa. Dessa articulação resultou o Convênio entre o CETRA e a Universidade Estadual do Ceará/UECE de cooperação técnico-científica. A UECE indicou especialista para compor, junto com o CETRA, os grupos de trabalho sob a orientação das professoras Teresa Haguette, que definiu a metodologia e junto com a Coordenação do Programa Mulher e Cidadania do CETRA – Margarida Maria de Souza Pinheiro e Lúcia Maria Paixão Aragão, elaborou o questionário, selecionou e capacitou 15 estagiários(as) do curso de Ciências Sociais para a aplicação dos instrumentos de pesquisa. Tudo se deu de forma compartilhada e participativa entre as partes envolvidas. A pesquisa de campo foi coordenada por Lúcia Maria Paixão Aragão com a colaboração da coordenadora do programa “Mulher e Cidadania” do CETRA, Margarida Pinheiro.

A seleção dos municípios foi feita por sorteio contemplando as regiões de serra, sertão, vale e litoral. Foram selecionados 83 municípios e aplicado um instrumento com 283 questões, considerando-se a amostra representativa do universo feminino rural.

A professora Teresa Haguette não conheceu o resultado do trabalho que iniciou e acompanhou durante um bom tempo e pelo qual teve grande interesse, pois sua vida foi interrompida em 1997.

Os trabalhos foram retomados posteriormente pela professora Verônica Gonçalves, cuja vida foi igualmente interrompida de forma trágica. Em 1999 as professoras Liana Brito de Castro Araújo e Neuma Lopes, debruçaram-se sobre o material da pesquisa, estudando as informações existentes, dando-lhes um tratamento, não efetivando contudo a sistematização final. O trabalho de conclusão coube à professora Gema Esmeraldo Galgani que, a convite do CETRA, elaborou o relatório final com as informações coletadas.

Esta publicação tem um significado importante pois reúne um conjunto de informações valiosas que tratam da condição de vida e de trabalho de mulheres trabalhadoras rurais do Estado do Ceará (idade, cor, religião, estado civil, posição e composição familiar, escolaridade, condições de trabalho, saúde, moradia, saneamento e lazer, entre outras). Por ainda serem atuais, esses dados possibilitam o conhecimento sobre a realidade da mulher rural e a desocultação de sujeito social, invisibilizado na sociedade e na ciência, alicerçada numa visão androcêntrica.

As informações contidas no texto permanecem atuais, considerando que a realidade no campo e particularmente a das mulheres, foi pouco alterada. Mudaram-se os paradigmas, mas os problemas não. Estes aumentaram nos últimos anos. Em muitas localidades no campo, a vida das mulheres continua sem nenhuma mudança significativa que possa ser considerada para melhor. A qualidade de vida da maioria, sob um olhar empírico e rápido, resume-se a uma situação precária, de pobreza, de submissão.

Espera-se com esta publicação estar contribuindo de forma concreta para que se conheça melhor e de forma mais profunda da vida rural, particularmente das mulheres pobres que vivem à margem das informações e das transformações que se operam na sociedade. Será um subsídio para quem atua com esse público e para a academia, que tem a enorme responsabilidade de produzir conhecimentos e repassá-los às populações excluídas, ou mesmo de propor alternativas de mudança dessa realidade.

Margarida Pinheiro
Coordenadora Geral do CETRA

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, os movimentos feministas e de mulheres, no Brasil, levam para a academia a necessidade de realização de estudos sobre a condição da mulher visando o conhecimento, a visibilização e a denúncia da situação de desigualdade social vivenciada pela mesma.

Num contexto histórico de emergência de movimentos sociais que buscam a afirmação da mulher enquanto um novo sujeito social, as pesquisas se contrapõem ao discurso totalizante, universalista e adotam uma perspectiva transformadora, uma dimensão política, e realizam a crítica da racionalidade, quando esta se nega a aceitar dimensões humanas como a da afetividade, do prazer e da subjetividade.

É necessário ressaltar que toda pesquisa exprime uma opção teórico-metodológica nem sempre explicitada, que define uma visão de mundo e uma forma de expressá-la.

Nesse sentido, a entrada da temática da mulher na academia vem acompanhada de uma polêmica sobre o estilo de pesquisa a ser adotado.

Alguns setores da Sociologia negam-se a trabalhar com a abordagem quantitativa por entenderem que esse modelo atribui uma visão positivista e funcionalista à ciência, reforçando seu caráter de neutralidade e objetividade. Optam por trabalhar numa perspectiva de análise qualitativa através de estudos de caso, histórias de vida, pesquisa participante, dentre outras abordagens consideradas mais apropriadas ao projeto feminista de conhecer para transformar.

Bruschini (1994, p. 23) afirma que os métodos quantitativos são equivocadamente qualificados dentro da sociologia positivista, funcionalista, neutra e objetiva. Para a pesquisadora, a abordagem quantitativa é fundamental para suprir a ausência e carência de dados e de indicadores macro-sociais que ainda não estão sendo tratados nas coletas censitárias. Nesse sentido, considera a autora que a pesquisa

com base em dados quantitativos também é importante e necessária aos estudos feministas, por

traçar diagnósticos macrossociais com base em dados generalizáveis para amplos conjuntos da população, os quais costumam ser extremamente úteis para embasar a formulação de políticas públicas (1992, p. 291).

Nesse sentido, o caráter feminista da pesquisa deve ser percebido não na abordagem metodológica escolhida e sim na formulação analítica e visão crítica adotada.

Na década de 1990, os estudos sobre a condição feminina são enriquecidos com o surgimento na academia da categoria analítica de gênero, e passa a tratar a problemática da mulher numa perspectiva relacional. Considerando a importância analítica desse conceito, pretendemos incluir neste estudo, uma abordagem que considere os papéis atribuídos à mulher rural, como uma sociabilidade cultural e historicamente construída, ou seja, numa perspectiva de gênero.

Também é necessário tratar com cuidado os dados da pesquisa de forma a se evitar incorrer no equívoco de construção de generalizações, de atribuição de uma identidade homogênea para a mulher rural. Nesse sentido, concordo com o pensamento de Guattari & Rolnik (1993, p. 31), quando afirma que

os indivíduos são o resultado de uma produção de massa. O indivíduo é serializado, registrado, modelado (...). A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.

Assim, este estudo pretende problematizar possíveis construções de papéis sociais atribuídos à mulher rural, sem querer incorrer numa modelização, ou construção de uma identidade homogênea para a mulher rural.

2 IDENTIDADES CONSTRUIDAS PARA A MULHER

Estudos contemporâneos voltados para a caracterização de uma identidade¹ para a mulher rural apresentam o casamento, a sua relação com a maternidade e o lugar que ocupa no grupo familiar como elementos constitutivos de uma identidade feminina. Até casar, as filhas mulheres não desempenham qualquer papel social na comunidade, nem apresentam visibilidade social. É o casamento em primeira instância, quem vai permitir à mulher a construção e visibilização de uma identidade para si. Essa identidade vai ser definida pela sociedade rural, através da atribuição de papéis sociais, como o de esposa, de dona de casa, de mãe, de avó, de madrinha. São títulos que *à priori*, estão relacionados à função reprodutiva da mulher.

2.1 Estado Civil

O GRÁFICO 1 apresenta a situação civil e especifica o tipo de casamento realizado pelas mulheres. O estudo em

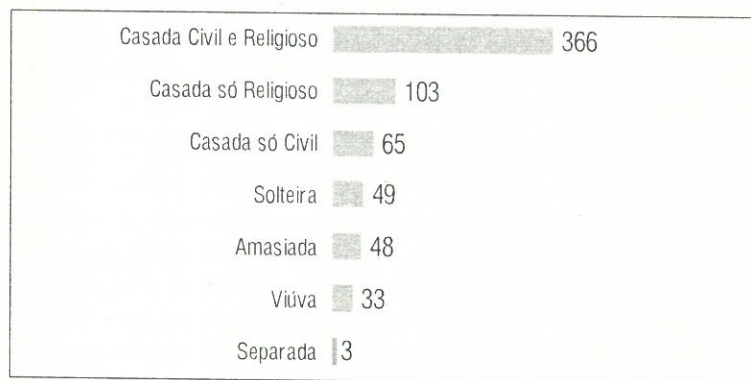


GRÁFICO 1 – NÚMERO DE MULHERES POR ESTADO CIVIL

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

¹ O termo será tratado neste estudo, como se referindo a uma representação de papéis sociais construída pela sociedade e instituições, para homens e mulheres.

questão encontra 92,8% de mulheres casadas,² para 7,2% de solteiras.

O casamento civil e o religioso são realizados por 54,1% das mulheres e 15,2% casam apenas no religioso, para apenas 9,6% que executam apenas o casamento civil. A formalização do casamento é tida como uma forma de estabelecimento de responsabilidades, de definição de papéis, de atribuição de maior estabilidade e durabilidade à relação conjugal e de instituição de hierarquias nos papéis sociais (marido e mulher). O casamento religioso é considerado mais importante e é mais utilizado pela sua forte simbologia de atribuição de papéis hierarquizados ao homem e à mulher, de comprometimento a responsabilidades no provimento econômico e de proteção emocional do homem à mulher e filhos. Considera-se que, acima da lei dos homens está um "Deus" que irá proteger e "fiscalizar" essa união. Em geral, a família somente considera a união quando institucionalizada e só libera a filha para a nova vida, quando o casamento religioso é realizado. Este se faz no meio de festas, com a participação da família nuclear, da agregada, de parentes mais distantes e de amigos, para marcar o acontecimento e criar um "rito de passagem". É esse acontecimento que, em princípio, vai demarcar a maioridade e atribuir autoridade ao filho homem e identidade à filha mulher.

O casamento se constitui no ponto de partida para a criação de um novo grupo doméstico. Essa possibilidade demarca uma identidade nova para o homem e para a mulher que assumem um casamento.³ A construção do novo grupo doméstico orienta a formação de novas relações de autonomia e de independência em relação aos pais do casal. Mas, se para o homem, o casamento inicia a construção de uma identidade pautada em novas relações sociais onde este assume a autoridade da casa, de chefe da família e de

² Foram incluídos nesse percentual os dados das mulheres amasiadas (7,1%), viúvas (4,9%) e das separadas (1,9%), porque vivem ou viveram a experiência do casamento.

³ É importante destacar que nessa análise não se faz distinção entre as relações legalizadas e as não legalizadas.

pai, para a identidade da esposa, a relação de hierarquia de poderes é apenas transferida do pai para o marido. Se em casa a mulher estava subordinada à autoridade do pai, após o casamento passa a se subordinar às ordens do marido.

Esse modelo cultural ocidental baseado no homem-marido-provedor-pai como chefe do grupo doméstico é ainda o padrão idealizado, esperado e quotidianamente construído e exercitado por homens e mulheres, com destaque para a sociedade rural, ora estudada.

É importante destacar-se que a sociedade rural é plural, diversificada e as afirmações anteriores não se aplicam a todos os segmentos rurais. Estudos recentes têm demonstrado que a organização de famílias em assentamentos rurais está a apresentar novas configurações nas relações sociais, que se refletem no exercício de novas relações de poder e de papéis entre homens e mulheres.

Devido à naturalização da identidade feminina ao papel reprodutivo do corpo feminino, ao "ficar moça" a jovem está potencialmente pronta para casar. Em geral, as jovens afirmam que aos 18 anos "passaram da época de casar". A preocupação com a possibilidade de atividade sexual dessa jovem antes do casamento, ou de uma gravidez indesejável que comprometa a "honra" da família, leva os pais a desejarem casar suas filhas ainda jovens. O casamento atua como um disciplinamento do corpo feminino.

2.2 Idade

O GRÁFICO 2 identifica apenas 3,5% de mulheres com menos de 18 anos. A faixa etária mais representativa corresponde às mulheres entre 41 e 60 anos, onde encontram-se 34,7% de mulheres. Destas 25,7% situam-se entre 19 e 30 anos e na faixa etária entre 31 e 40, encontram-se 24,1% de mulheres. Acima de 61 anos encontram-se ainda 10,5% de mulheres.

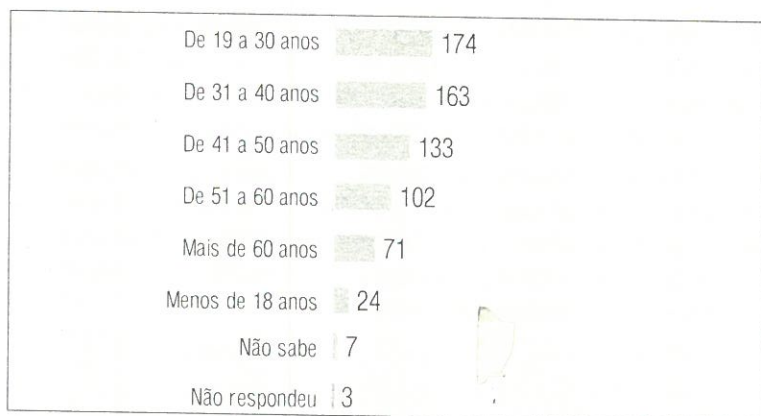


GRÁFICO 2 – NÚMERO DE MULHERES POR FAIXA ETÁRIA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

A presença maior de mulheres acima de 41 anos, relacionada a variável estado civil e ao número de filhos pode apontar para a reflexão de que as mulheres não possuem outra opção de afirmação de uma identidade, a não ser pela via do casamento e da maternidade.

2.3 Número de Filhos

A pesquisa demonstra que 90% das mulheres possuem filhos vivos (ver TABELA 2, em anexo) e segundo o GRÁFICO 3, 25,4% das mulheres possuem de 1 a 2 filhos, que 35,5% de mulheres possuem entre 3 e 5 filhos, que 29,6% possuem mais de 6 filhos e 11,7% acima de 8 filhos.

Para o casal, a maternidade é considerada ainda, um complemento natural e necessário à realização do casamento. A maternidade é também tida como um des-

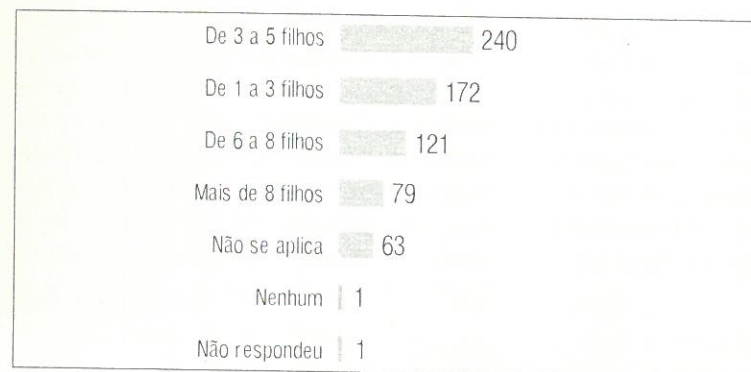


GRÁFICO 3 – NÚMERO DE MULHERES POR NÚMERO DE FILHOS

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

tino natural para as mulheres. Ser mãe é um papel social importante atribuído às mulheres, que vai sendo interiorizado e incorporado de forma naturalizada pela sociedade rural.

Cerca de 65,1% das mulheres possuem acima de três filhos; estatística não mais encontrada nos centros urbanos, embora observem-se transformações que indicam uma passagem da família extensa para a família nuclear, também no mundo rural. Percebe-se uma circularidade entre permanências e mudanças no mundo rural materializados pela absorção de novas mentalidades em relação à maternidade e à educação dos filhos. As mulheres jovens afirmam que querem ter menos filhos porque "as coisas" estão mais difíceis e querem ter outras ocupações.

As mulheres casadas mais jovens apresentam uma redução no número de filhos, que indica para uma tendência recente, devido, principalmente, ao acesso a métodos anticoncepcionais, aos meios de comunicação e à aproximação com os padrões do mundo urbano.

Por outro lado, mantém-se pontualmente, a visão de que com a maternidade, a mulher amplia a força de trabalho familiar, potencializa expectativas de melhoria na renda familiar e realiza a única função esperada e atribuída ao corpo feminino, ao qual é negada a potência e a capacidade de gerar desejos e satisfação sexual. Em algumas mulheres, mantém-se ainda a concepção de que a função reprodutiva enobrece e valoriza a mulher, na família e na comunidade.

Conforme o GRÁFICO 4 é como mãe que 90,1% das mulheres pesquisadas confirmam o lugar que ocupam na casa.

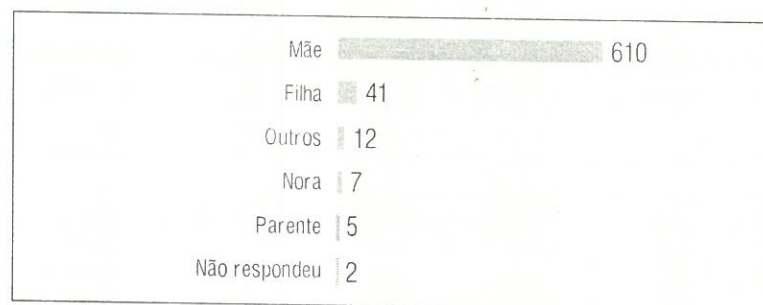


GRÁFICO 4 – IDENTIFICAÇÃO DO PAPEL SOCIAL QUE A MULHER OCUPA NA CASA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Nesse sentido, a maternidade e a responsabilidade no cuidado, na socialização e na educação dos filhos são, por extensão, atividades de responsabilidade da mulher/mãe e são realizadas nos espaços domésticos, considerados espaços de domínio da casa.

Observe-se que essa configuração, definida para o grupo familiar, vai ordenando papéis e lugares distintos para mulheres e homens.

Nesse cenário, às mulheres que não se casam é destinada uma identidade menor, invisível, desqualificada e secundária.

2.4 Ocupação

O GRÁFICO 5 demonstra que 70% das mulheres apresentam a atividade de dona de casa como sua ocupação principal, sendo seguida em 11% pelas atividades no roçado. Esses dados revelam que a atividade doméstica é predominante nas mulheres, onde 60,5% delas ocupam uma carga horária entre 7 e 12 horas diárias (conforme TABELA 3 em anexo).

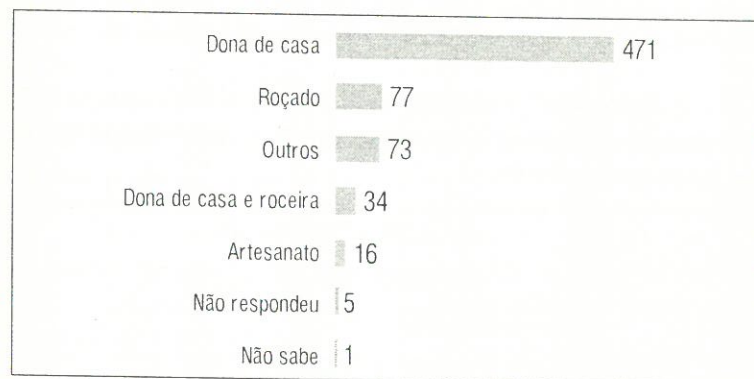


GRÁFICO 5 – NÚMERO DE MULHERES POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

2.5 Rendimentos

Perguntadas se realizavam alguma atividade para ganhar dinheiro, o GRÁFICO 6 indica que 60,3% responderam que não realizavam qualquer atividade e 37,5% que realizavam alguma atividade.

Dessas mulheres, 25% destacam aquelas atividades relacionadas com costuras em geral (bordados, crochê), 15% relacionadas a atividades domésticas, 12% ao artesanato (redes, chapéus) e 10,5% ligadas às atividades agrícolas (ver TABELA 4, em anexo).

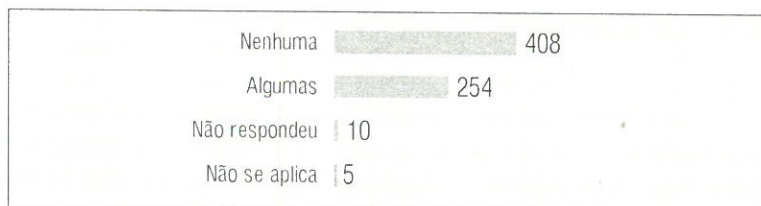


GRÁFICO 6 – NÚMERO DE MULHERES QUE REALIZAM ALGUMA ATIVIDADE PARA GANHAR DINHEIRO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

O GRÁFICO 7 indica que 23,3% das mulheres recebem um salário fixo mensal, oriundo de relações empregatícias ou de aposentadoria.

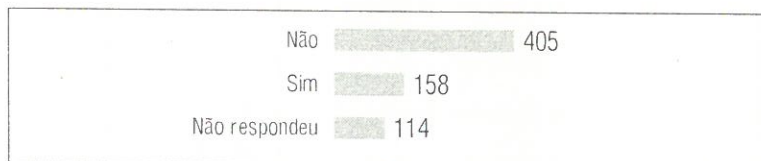


GRÁFICO 7 – NÚMERO DE MULHERES QUE RECEBEM SALÁRIO FIXO MENSAL

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Considerando-se as mulheres que recebem salário fixo (total de 158), observa-se que 28,7% dessas, recebem salário da Prefeitura; 28,7% do Governo e 17% de aposentadoria (ver TABELA 5, em anexo). Tomando-se esse universo de 158 mulheres, cerca de 67% delas, recebem menos de meio salário mínimo e 26% recebem um S.M. (ver GRÁFICO 8).

Analisando-se o GRÁFICO 9 que informa sobre os rendimentos gerais percebidos pelas mulheres pesquisadas, observa-se que 47,1% das mulheres recebem até dois salários mínimos, sendo que dessas 21,34% obtêm esses ren-

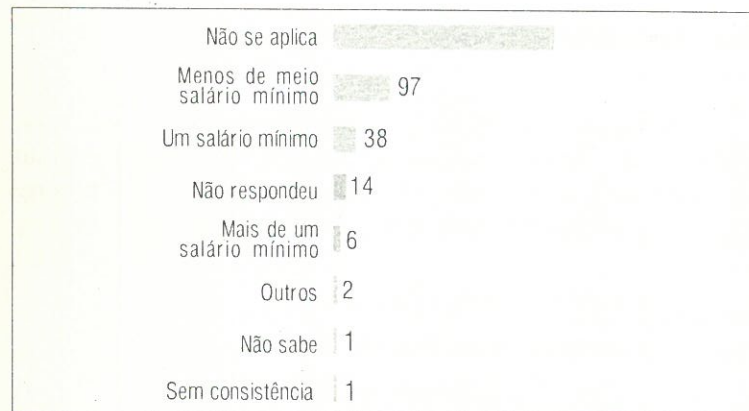


GRÁFICO 8 – NÚMERO DE MULHERES POR FAIXA DE SALÁRIO FIXO RECEBIDO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

dimentos de salário fixo, conforme mostra o GRÁFICO 8. Por outro lado, cerca de 46% de mulheres não percebem qualquer rendimento.

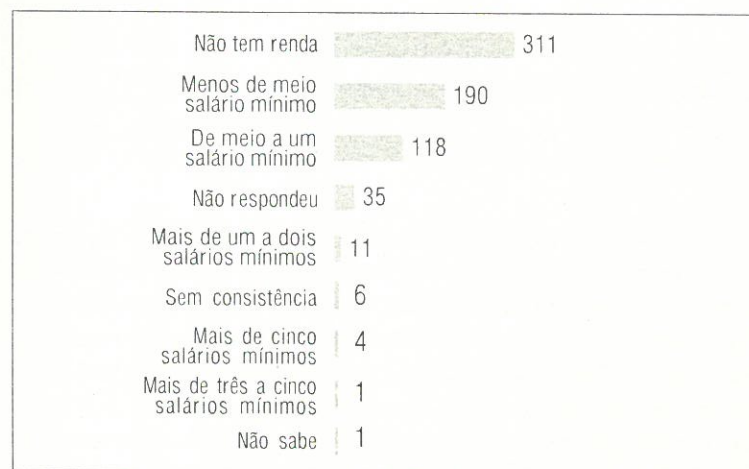


GRÁFICO 9 – NÚMERO DE MULHERES POR FAIXA DE RENDIMENTOS

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

2.6 Escolaridade

Segundo o GRÁFICO 10, 75% das mulheres rurais possuem até o 1º grau menor incompleto, sendo 24% semi-analfabetas e 23% analfabetas. De um universo de 677 mulheres apenas 33 possuem mais que o 1º grau completo.

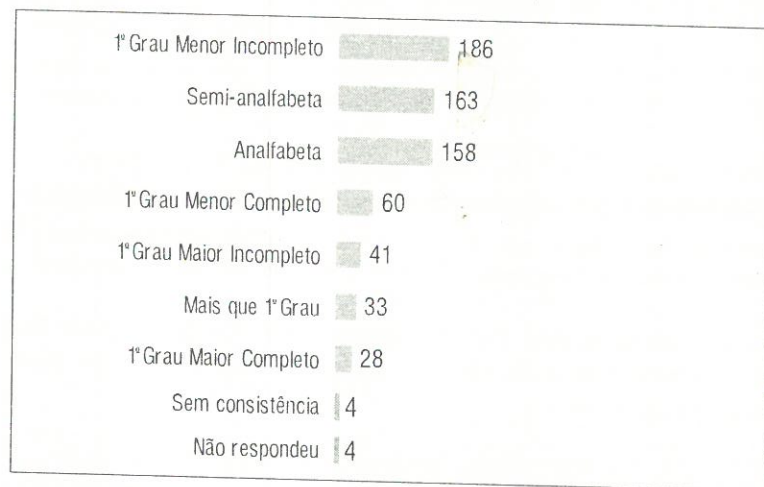


GRÁFICO 10 – NÚMERO DE MULHERES POR GRAU DE ESCOLARIDADE

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

As diferenças biológicas de sexo são determinantes na definição dos papéis, dos lugares sociais atribuídos a homens e a mulheres e no modo de inserção dos mesmos no mundo social, político e do trabalho. A visão essencialista da natureza humana atribui à mulher qualidades “ditas femininas” como da destreza, manualidade, atenção, delicadeza, maternagem, cuidar dos outros, socializar e educar os filhos, que foram sendo biologizadas e naturalizadas cultural e historicamente. Esses atributos adquiridos e destinados à mulher trouxeram à mesma uma qualificação. É através dessas qualidades “ditas femininas” que as mulheres pro-

curam realizar atividades remuneradas, que se confundem e parecem uma extensão do trabalho doméstico. Assim, buscam trabalhos de professora, merendeira, auxiliar de limpeza e agente de saúde nos órgãos públicos municipais. A instituição pouco preocupa-se com sua capacitação porque essas mulheres levam para o mundo do trabalho as habilidades “ditas femininas” aprendidas no espaço doméstico.

Essa análise é confirmada pelo GRÁFICO 11, que aponta para o reduzido número de mulheres que recebem alguma qualificação para algum tipo de trabalho.

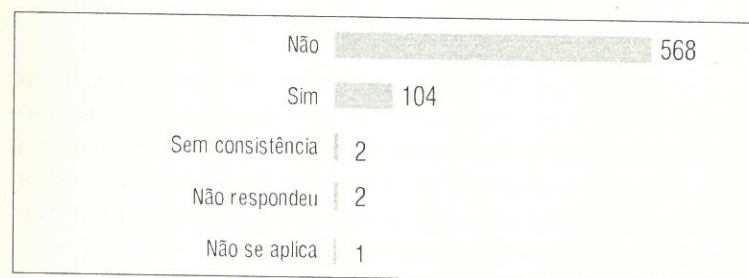


GRÁFICO 11 – NÚMERO DE MULHERES QUE RECEBEM ALGUM TIPO DE TREINAMENTO PARA ALGUM TIPO DE TRABALHO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Os treinamentos foram ligados basicamente à área de saúde e à área de educação (ver TABELA 6 em anexo).

Por outro lado, se a pesquisa aponta para um número reduzido de mulheres que já receberam treinamento, também indica que não há o reconhecimento material através de uma remuneração satisfatória. Cabe então, algumas reflexões: primeiro, de que essas qualidades “ditas femininas” trazem à mulher uma qualificação à medida em que realiza tarefas de forma cumulativa e cotidiana no seu processo de socialização na família e na vida privada; segundo, de que o mercado de trabalho e o espaço público vêm se

apropriando dessa qualificação, sem reconhecê-la como valor monetário, social e economicamente útil e, terceiro, a inexistência de um programa de qualificação e de remuneração digna, que impede e dificulta a mulher de assumir funções de melhor remuneração.

A dificuldade da maior participação da mulher na renda familiar deve-se, ainda, ao seu reduzido nível de escolaridade, às poucas oportunidades oferecidas na zona rural, seja de qualificação, seja de trabalho remunerado.

2.7 Religiosidade

A Igreja é, em geral, um lugar de encontros e de socialização das mulheres. É o espaço público mais freqüentado pelas mulheres e onde se realizam trocas e conversações entre mulheres e entre homens e mulheres. A religião também atua como elemento de auto-ajuda e de aumento da auto-estima para as mulheres.

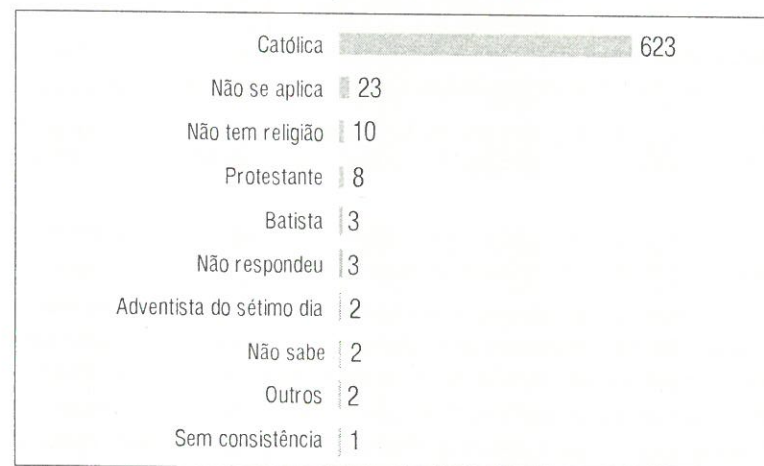


GRÁFICO 12 – NÚMERO DE MULHERES POR OPÇÃO RELIGIOSA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Das religiões adotadas pelas mulheres, destaca-se a católica, onde encontramos 92% das mulheres (ver GRÁFICO 12).

Em maior percentual as mulheres dedicam devoção a Deus, no que é indicado pelo GRÁFICO 13.

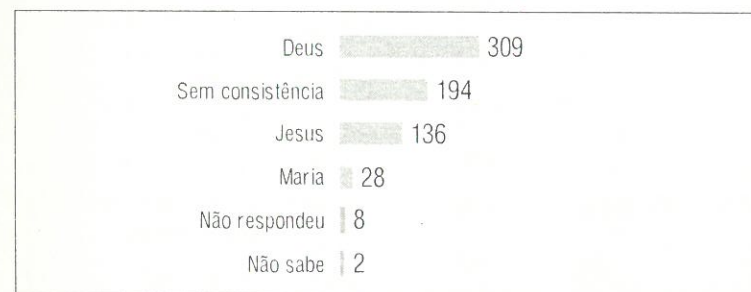


GRÁFICO 13 – NÚMERO DE MULHERES POR REFERENCIAL DE DEVOÇÃO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Possuem ainda seus santos de devoção que, em geral, são os santos padroeiros do município, cujas manifestações religiosas são marcadas por festividades nas sedes dos municípios. Da totalidade, 92,2% das mulheres possuem um santo de devoção (ver TABELA 7, em anexo) e São Francisco responde por 45,5% das devoções, acompanhado por Nossa Senhora (18,9%) e por Padre Cícero com 8,4% (observar TABELA 8, em anexo). Já fizeram promessa, 83,6% das mulheres (ver TABELA 9, em anexo), na sua maioria na própria residência (conforme TABELA 10, em anexo).

O GRÁFICO 14 aponta que 45% das entrevistadas afirmam que fizeram promessas para receber a graça da saúde e 18,6% para beneficiar os filhos.

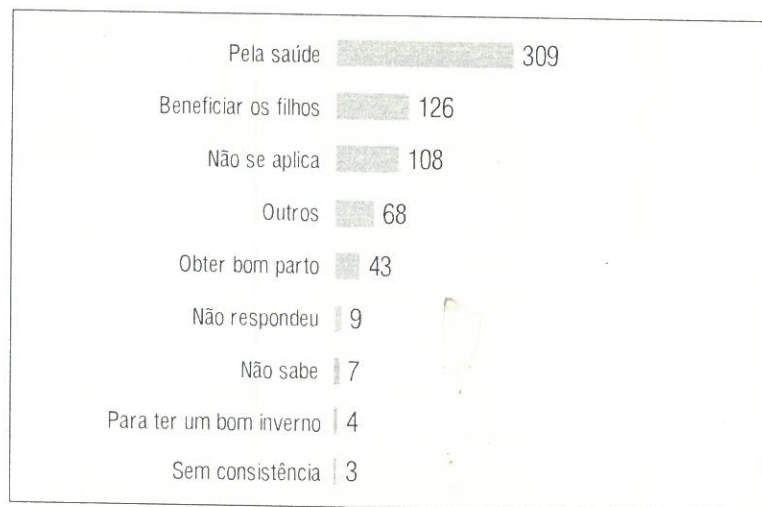


GRÁFICO 14 – MOTIVO DA REALIZAÇÃO DA PROMESSA POR NÚMERO DE MULHERES

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

São Francisco é o santo para quem as mulheres (51,4%) mais fazem promessas (observar TABELA 11, em anexo) e, 79,5% afirmam que alcançaram a graça solicitada (ver TABELA 12, em anexo). São Francisco é padroeiro de 10,3% dos municípios das mulheres entrevistadas e, Nossa Senhora de 41% dos municípios (acompanhar na TABELA 13, em anexo).

O GRÁFICO 15 indica o lugar de pagamento da promessa realizada pelas mulheres, que aponta para um número significativo de mulheres que se deslocam de suas casas para outras localidades a fim de pagar suas promessas. Observa-se que cerca de 33,4% das mulheres se deslocam para o município de Canindé para pagar as suas promessas, para apenas 11,5% que pagam na própria casa.

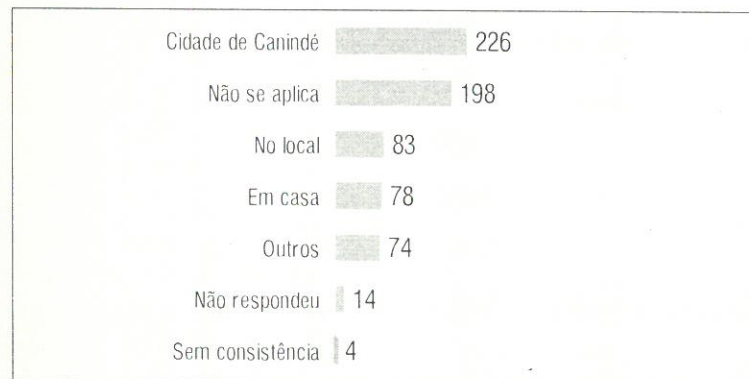


GRÁFICO 15 – NÚMERO DE MULHERES POR LUGAR DE PAGAMENTO DAS PROMESSAS

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

A forte influência da religião na construção de crenças, valores e simbologias é também expressa, quando 97,6% das mulheres afirmam que acreditam na existência de pecado (ver TABELA 14, em anexo), quando 97,5% acreditam que existe o céu (ver TABELA 15, em anexo) e 72,9% acreditam que existe inferno (observar TABELA 16, em anexo).

2.8 Lazer

O lazer das mulheres está muito ligado às práticas religiosas. Perguntadas sobre qual a diversão que mais gostam, o GRÁFICO 16 aponta como sendo ir à Igreja, o lugar que visitam e onde mais se distraem.

Esses dados vêm confirmar a reflexão de que a Igreja é um dos principais espaços de socialização, de vivência de novas relações humanas e de experimentação e participação em atividades sociais e festividades religiosas para as

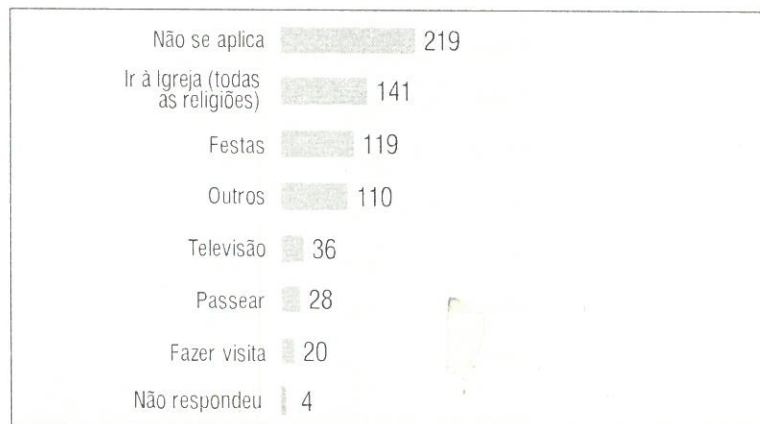


GRÁFICO 16 – NÚMERO DE MULHERES POR DIVERSÃO PREFERIDA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

mulheres. É o espaço consentido e confirmado pela família e pela Igreja. Em geral, as mulheres viajam apenas para visitar ou participar de funerais de familiares, ou quando se destinam a pagar promessas.

O GRÁFICO 17 demonstra que 81,4% das mulheres raramente ou nunca se divertem.

Estes dados inspiram preocupações porque refletem não só a falta de oportunidades e de espaços que ofereçam lazer à mulher, como escondem a falta de tempo destinado ao descanso e a ludicidade, elementos necessários e importantes à reposição de energias físicas e emocionais gastas diariamente no trabalho doméstico.

A pesquisa identifica que 60,1% das mulheres trabalham nas atividades domésticas de 6 a mais de 12 horas por dia (rever TABELA 3, em anexo). Esse tempo impede a possibilidade de inclusão de outras atividades na vida da mulher, principalmente fora do espaço familiar. Por outro lado, na visão cotidiana, o lazer não potencializa nem vida,

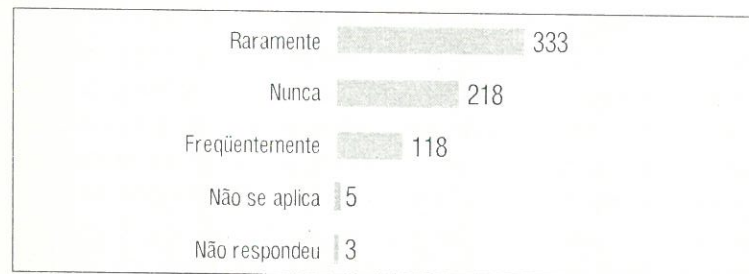


GRÁFICO 17 – NÚMERO DE MULHERES POR FREQUÊNCIA COM QUE SE DIVERTEM

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

nem trabalho, e não é percebido como instrumento de oxigenação e reposição da natureza humana. Na sociedade do trabalho, o lazer não é considerado um elemento intrínseco da condição humana.

Nesse sentido, é que a mulher afirma que o que mais gosta de fazer fora de casa é conversar e realizar atividades ligadas ao trabalho doméstico (observar TABELA 17, em anexo). E em casa o que mais gosta de fazer é cozinhar, limpar a casa e lavar a roupa, atividades do mundo do trabalho atribuídas à mulher (ver TABELA 18, em anexo).

2.9 Raça

Em geral, as pesquisas que buscam construir o perfil de algum segmento social, ao procurar identificar a raça, ou o grupo étnico, não acrescentam outras questões que possam identificar diferenças, especificidades, mascaradas numa suposta igualdade entre as mulheres.

É a presença mais organizada das mulheres negras em movimentos específicos, a partir de 1985, que coloca

em cena novas questões para serem refletidas pelo movimento feminista e de mulheres em geral. As mulheres negras afirmam que, como a problemática da mulher, das relações de gênero e de classe, a etnia está também permeada de relações de poder e de opressão e, nesse sentido, define modos de vida diferenciados para homens e para mulheres. A ausência de estudos específicos e melhor elaborados que desvende o racismo brasileiro é denunciado pelas mulheres como uma dificuldade de tratamento pelas mulheres brancas da academia, ao racismo introyetado e implícito, vivenciado no país.

Nesse sentido, é que sugere-se atenção maior em outras pesquisas para o caráter político e ideológico das diferenciações entre brancos e negros, sejam do sexo masculino, sejam do sexo feminino. Esse chamamento aponta para a percepção das desigualdades sofridas pelas mulheres negras em relação às mulheres brancas, com vistas a se construir um referencial teórico e estatístico voltado para o desvendamento, a denúncia e para subsidiar a elaboração de programas de ações afirmativas para esse segmento social, duplamente excluído.

O GRÁFICO 18, que indica o grupo étnico das mulheres, expõe duas problematizações para se analisar em novos estudos. A primeira se refere à identificação de 71,3% de mulheres de cor morena que pode ser originada pela miscigenação das raças negra, indígena ou branca, todas presentes na formação biológica e cultural do povo cearense. O predomínio da raça indígena no Ceará sobre a raça negra (encontradas 4,9% de mulheres) é um elemento importante que pode ser identificado em pesquisas posteriores, para esclarecer hábitos, costumes e valores perpetuados entre as famílias.

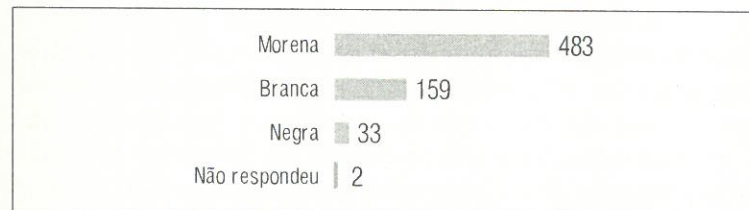


GRÁFICO 18 – NÚMERO DE MULHERES POR RAÇA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

A identificação de 23,5% de mulheres de cor branca pode também apontar para a dificuldade das mulheres de identificarem sua origem étnica e pela desqualificação atribuída à raça negra e mestiça, embora ao se perguntar se as mulheres se incomodariam de casar um filho(a) com uma pessoa de cor preta, apenas 9,3% das mulheres afirmaram que se incomodariam (ver TABELA 19, em anexo) e 4,7% se incomodariam em casar seu filho(a) com pessoa de cor mulata (observar TABELA 20, em anexo).

A raça é um forte e decisivo elemento de exclusão social que leva muitas mulheres e homens a negarem sua identidade étnica e assumirem a identidade do “outro” que é socialmente qualificado.

Assim é que, uma pesquisa sobre os gêneros masculino e feminino precisa ampliar seus indicadores para ajudar a população a criar seus próprios referenciais culturais e raciais, ajudando as mulheres a desvendar o que as une enquanto classe e gênero e o que as discrimina enquanto raça. É necessário adentrar nas experiências vividas pelas mulheres para visibilizar-se as práticas e espaços ocupados por brancas e negras, onde se estabelecem relações diferenciadas de poder e hierarquia.

A homogeneização das pesquisas e a redução à identificação da raça, omitem as diferenças nos direitos, nas práticas discriminatórias e seletivas adotadas no mercado de trabalho, nas oportunidades de escolarização e ascensão social, nos quadros de pobreza que são incorporados diferentemente pelos grupos étnicos. A formação do pensamento ocidental constrói uma sociedade baseada num modelo masculino e branco que deve ser desocultado nas pesquisas de cunho transformador e feminista.

3 MULHER RURAL E FAMÍLIA

Este estudo realiza um perfil da mulher rural, com recorte de classe social, observado pela análise da renda familiar, das condições de moradia e de dados sobre a migração de membros da família.

3.1 Renda Familiar

A renda familiar compreende os rendimentos do marido, da mulher (apresentados nos Gráficos 8 e 9) e de outras fontes.

Segundo o GRÁFICO 19, que apresenta os rendimentos do marido, observa-se que 67,8% dos homens recebem desde menos de 1 Salário Mínimo até 1 S.M.; que 1,4% recebem até 5 S.M.; que 12% não tem renda e que apenas 1% percebe acima de 5 S.M.

No GRÁFICO 20, observa-se que apenas 16,4% das famílias apresentam outras rendas, onde 14,8% recebe até 1 S.M.

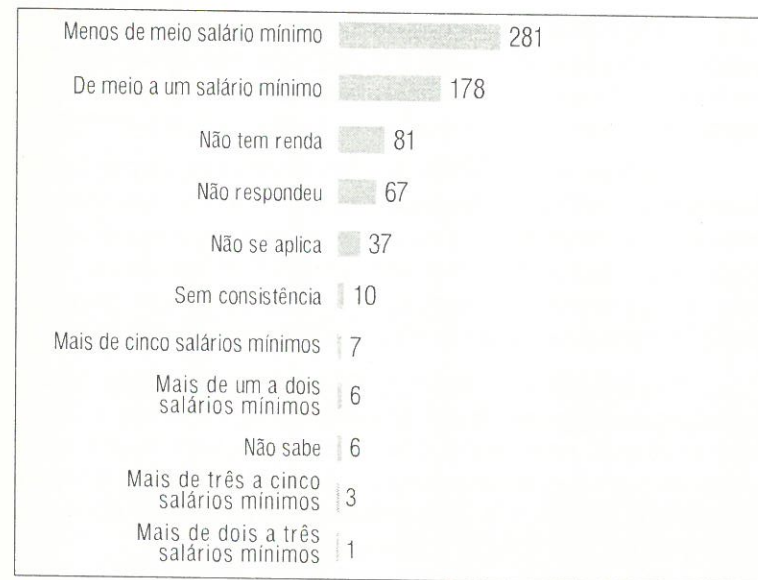


GRÁFICO 19 – NÚMERO DE MULHERES POR FAIXA DE RENDIMENTOS DO MARIDO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

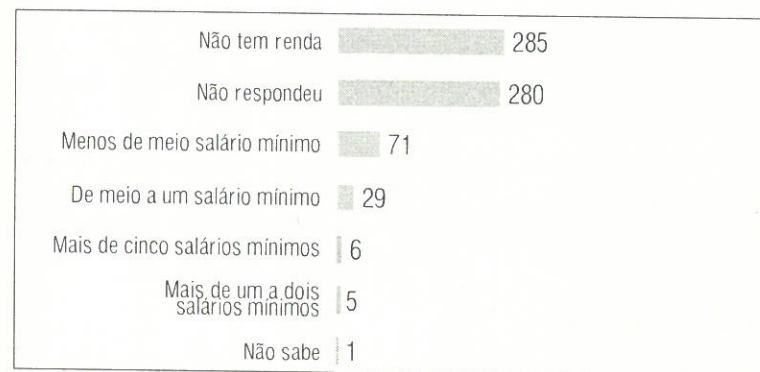


GRÁFICO 20 – NÚMERO DE MULHERES POR FAIXA DE OUTRAS FONTES DE RENDA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

No que se refere ao uso da renda auferida pela mulher, a pesquisa aponta que 52% dessas mulheres aplicam seu salário na compra de alimentos, 25% em objetos para a casa e 15% mantém a casa com essa renda (ver TABELA 21, em anexo).

A pesquisa vai refletindo uma realidade de poucas ou nenhum incentivo à atuação laboral da mulher, para além do trabalho doméstico. Seja da parte da iniciativa do poder público, seja da iniciativa privada, as oportunidades se mostram extremamente reduzidas. À mulher rural está restrito o papel de dona de casa e o trabalho complementar na roça.

Nos períodos de seca, onde as possibilidades de trabalho se escasseiam e até desaparecem, os sindicatos rurais realizam manifestações nas sedes dos municípios voltadas para reivindicar frentes de serviço, cestas básicas de alimentos, dentre outras possibilidades e alternativas de sobrevivência da família trabalhadora rural.

Diante dessas demandas, o Governo Estadual instala Programas de Emergência através de frentes de serviço para atender à população rural afetada. Perguntadas se conhecem algum plano de emergência nos seus municípios, 82,7% das mulheres respondem que sim (ver TABELA 22, em anexo), embora apenas 4% já tenham participado de algum plano de emergência (observar TABELA 23, em anexo) e 28% das mulheres afirmem que o plano de emergência não emprega mulheres (ver TABELA 24, em anexo).

Os Programas de Emergência inscrevem basicamente um membro da família, que é o marido. Apenas em casos de viuvez ou separação, as mulheres são incluídas nesses trabalhos.

3.2 Migração

A pesquisa aponta para o predomínio de mulheres na faixa de maior idade (conforme GRÁFICO 2 apresentado) o que pode indicar a migração das faixas mais jovens para as cidades em busca de oportunidades de trabalho. O GRÁFI-

CO 21 mostra que 45,3% de membros da família sai em busca de emprego, sendo que 15,8% busca a cidade de Fortaleza e 14,9% vai para São Paulo.

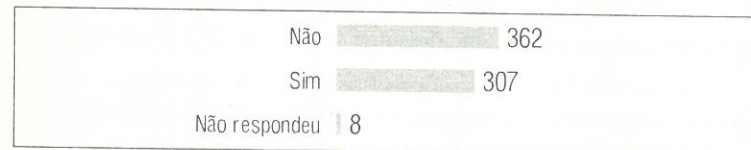


GRÁFICO 21 – NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA QUE MIGROU EM BUSCA DE EMPREGO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Do total de membros das famílias (307 pessoas) que migram, 67 saem para procurar emprego, 34 para trabalhar como empregada doméstica e 167 pessoas saem para trabalhar, conforme TABELA 25, em anexo.

3.3 Condições de Moradia

As condições de habitação são apresentadas no GRÁFICO 22 e indicam que 71,5% das famílias residem em casa própria; que 26,6% moram em casa alugada e 26,6% residem em casa cedida.

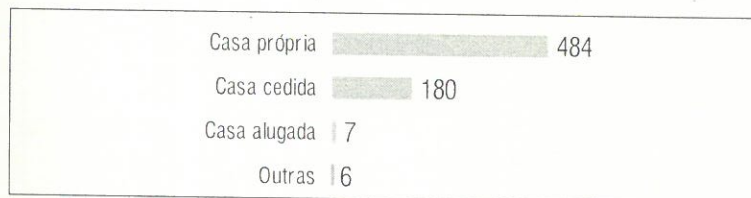


GRÁFICO 22 – CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO SEGUNDO NÚMERO DE MULHERES

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Com relação ao tipo de cobertura das habitações observa-se que 96,5% das casas são cobertas de telha (ver TABELA 26, em anexo).

A água para o consumo da família é fornecida pelos cacimbões para 32,5% das famílias (ver TABELA 27, em anexo).

Somente 19,4% possuem banheiro para atendimento de suas necessidades fisiológicas. Cerca de 61,4% das famílias utilizam o mato para essas finalidades (ver TABELA 28, em anexo).

O pequeno lampião a gás, regionalmente denominado de lamparina é usado por 62,9% das famílias e apenas 32,6% possuem energia elétrica instalada em suas habitações (ver TABELA 29, em anexo).

Esses dados indicam que grande parte das famílias vivem em condições sanitárias precárias e encontram-se num patamar de baixa renda, tendendo para níveis de pobreza extrema. Apontam também o baixo nível de investimento social por parte das instâncias públicas ao segmento rural em estudo.

3.4 Posse da Terra

A propriedade da terra, condição importante para a sua exploração, aquisição de alimentos e de rendimentos e espaço garantido de trabalho, é elemento produtivo nas mãos de poucas famílias. O GRÁFICO 23 indica que apenas 35,6% das famílias são proprietárias de terra.

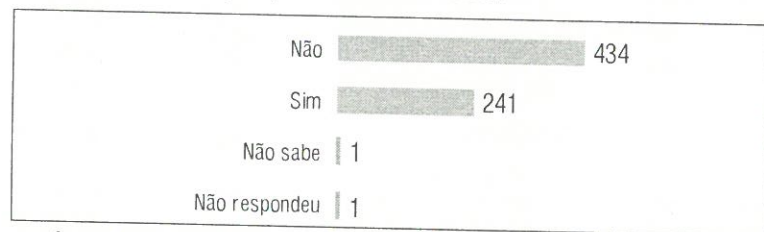


GRÁFICO 23 – NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE DETÊM A PROPRIEDADE DA TERRA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Identifica-se que 57,3% não tem terra, mas exploram a terra. São arrendatárias, parceiras, posseiras, dentre outras formas (ver TABELA 30, em anexo). Das mulheres entrevistadas 24,7% pagam renda ao dono da terra (observar TABELA 31, em anexo).

3.5 Relações de Trabalho

Na pequena unidade agrícola familiar predomina o trabalho masculino. O esposo é responsável sozinho por 34% do trabalho na roça, 24% trabalha junto com os filhos e 23% trabalha com a esposa. Apenas 5% contrata trabalhadores como indica o GRÁFICO 24.

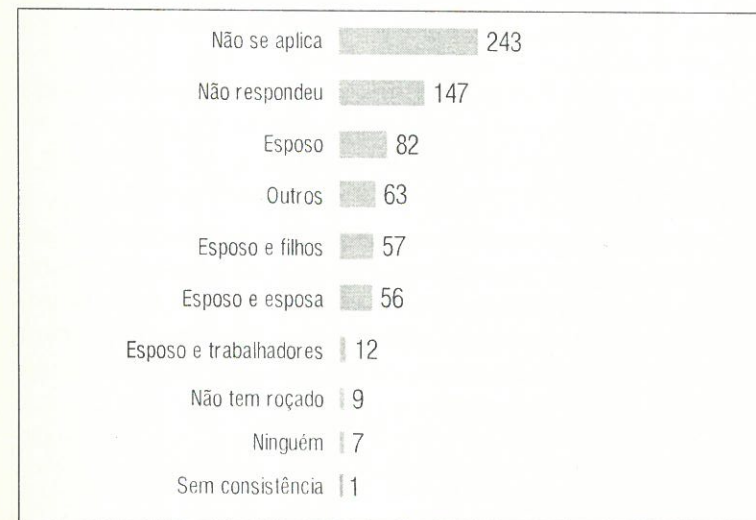


GRÁFICO 24 – NÚMERO DE FAMÍLIAS POR PESSOAS/MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM NO ROÇADO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Os dados apontam para o caráter familiar da unidade de produção que, alguns autores denominam de unidade cam-

ponesa, visto que articula duas funções importantes e complementares para a família: a unidade produtiva e a unidade de consumo e devido aos laços de parentesco dos membros envolvidos no processo produtivo.

Alguns autores como Chayanov (1981) atribuem um caráter de especificidade à família rural ou família camponesa frente às formas de organização rural capitalista. Para Chayanov (1981, p. 133-134),

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada.

Essa especificidade se deve à natureza da relação entre produção e consumo, ao caráter familiar da produção, ao envolvimento direto dos membros da família na produção e à relação direta entre produção e consumo familiar.

Constata-se também uma significação diferenciada ao trabalho da roça e ao trabalho doméstico. O trabalho no roçado possui um valor superior ao trabalho doméstico, porque para os agricultores é o trabalho no roçado que determina o trabalho na casa, no espaço familiar. Sem produção não há consumo. Sem os alimentos da roça não há trabalho de preparo, de conservação de alimentos etc. Assim, o trabalho do roçado adquire um caráter dominante e determinante sobre o trabalho doméstico.

Somente o produto do roçado é reconhecido como socialmente importante, em relação ao produto do trabalho doméstico, tido como secundário e subordinado ao trabalho da roça. É o produto da roça que atribui valor superior ao trabalho da roça. Assim, a atividade da roça é considerada "trabalho" e a atividade na casa é qualificada como "não trabalho".

Para Heredia (1979, p. 26), é a partir dessa oposição entre

trabalho e não trabalho que articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados.

A compreensão da desvalorização do trabalho doméstico deve ser acompanhada da identificação dos sistemas culturais que se gestam e atravessam a construção das relações sociais. É necessário desvendar a sua genealogia, compreender-se a origem das relações de poder construídas sobre bases pautadas na hierarquia, autoridade, definição de lugares e de papéis sociais.

No espaço rural a divisão sexual do trabalho e a hierarquização dos papéis está ancorada em segunda instância, na categoria do econômico e na visão androcêntrica da sociedade, onde o homem é o sujeito ativo, responsável pela produção e a mulher é o sujeito passivo, responsável pela reprodução. Ao trabalho feminino no âmbito doméstico não é atribuído um valor econômico porque se destina ao autoconsumo familiar e não gera valor para o mercado.

Uma outra dimensão a ser considerada refere-se às decisões tomadas no âmbito da produção, comercialização e administração do trabalho produtivo e do dinheiro, que são assumidas pelo homem. Este possui o controle sobre todo o processo de produção, desde a escolha do que plantar até a venda, e nesse sentido, é que o trabalho da mulher na roça é considerado como ajuda. Afinal, a mulher está subordinada às decisões e autoridade do marido. É o dinheiro o símbolo da relação com o mundo do mercado, da troca econômica e de poder. Dessa forma, sendo o homem o principal responsável pelo seu controle e uso, consolida-se o

seu papel de autoridade maior na família. Na sua relação com o mundo exterior, o homem reassegura a sua autoridade no plano interno, familiar.

Perguntadas se produzem alguma coisa para gerar renda, somente 20,5% responde que sim, especificadas por produtos agrícolas, costuras em geral e artesanato (rever TABELA 4, em anexo). Esses produtos são vendidos em casa (2,7%), na própria localidade (6,5%) ou na cidade (3,2%), (conforme TABELA 32, em anexo). São vendidos a pessoas da comunidade (6,8%) e a comerciantes (3,2%), (segundo TABELA 33, em anexo). Embora a pesquisa constate que 20,5% das mulheres trabalhem para gerar renda, no momento da comercialização são poucas as mulheres envolvidas. A pesquisa não mostra essa informação, mas parece indicar que são os homens que assumem o momento da comercialização e da gestão do dinheiro.

A pesquisa demonstra que apenas 3,5% das mulheres realizam empréstimo junto ao banco (ver TABELA 34, em anexo). As mulheres que nunca realizam empréstimos afirmam que não têm condições (30,9%) e que têm medo de pagar (17,4%) (ver TABELA 35, em anexo).

A divisão do trabalho doméstico é um exercício de preparação para a identidade futura de filhos e filhas, que passam a reproduzir os papéis previamente determinados pelos pais. Os filhos homens assumem com o pai a responsabilidade de pegar água e lenha para a casa e pouco participam das atividades domésticas como cozinhar, lavar ou passar.

O GRÁFICO 25 mostra que 93,8% das mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas, e que somente 1% pega a água para casa, embora nos estudos de Cebotarev (1979), apanhar água corresponda a um tipo de atividade inscrita no trabalho doméstico. Nesse sentido, algumas estudiosas do trabalho doméstico e do trabalho na roça identificam a divisão entre trabalho leve e trabalho pesado, que vai explicar a responsabilidade do homem sobre atividades como pegar lenha e água, que se configuram como traba-

lhos pesados, só sendo realizados pela mulher na ausência do homem.

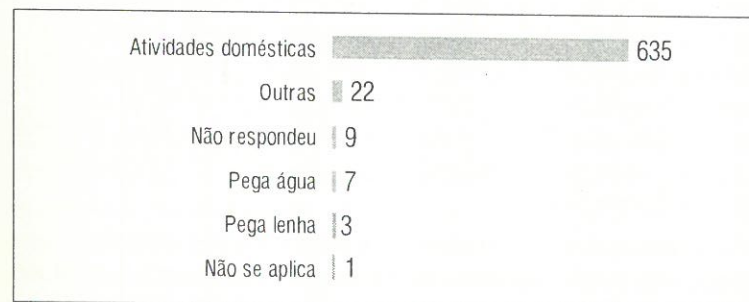


GRÁFICO 25 – NÚMERO DE MULHERES POR TAREFAS QUE LHES SÃO DESTINADAS NO TRABALHO DOMÉSTICO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

O GRÁFICO 26, que mostra as tarefas assumidas pelo pai na casa, indica que somente 4,7% dos homens realizam tarefas domésticas, 29,1% pega água e 12% pega lenha.

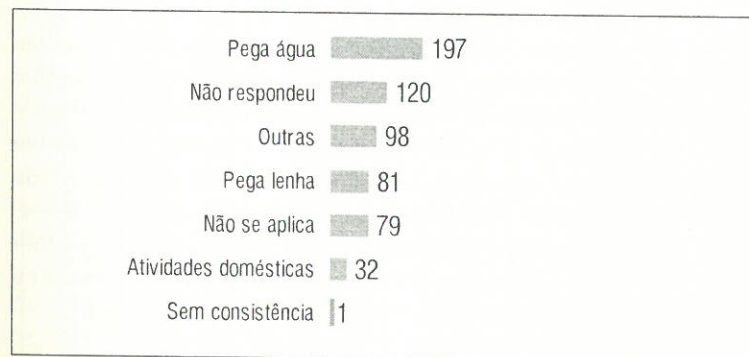


GRÁFICO 26 – NÚMERO DE HOMENS POR TAREFAS QUE LHES SÃO DESTINADAS NO TRABALHO DOMÉSTICO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Dos filhos homens apenas 2,5% realizam tarefas domésticas e 17,9% pegam água (ver TABELA 36, em anexo), para 34,3% de filhas que realizam atividades domésticas. Destas, apenas 3,7% pegam água (conforme TABELA 37, em anexo). As atividades de pegar água e lenha são atribuídas aos homens, seja por serem consideradas tarefas pesadas, seja pela distância a percorrerem para realizar a tarefa e por se realizar em espaços fora do domínio doméstico, portanto feminino.

Os papéis familiares se realizam numa relação complementar e hierárquica. Ao homem espera-se o papel de provedor, que se soma ao de bom caráter, de homem honrado. O papel de dona de casa, atribuído à mulher também lhe fornece sentimento de dignidade pessoal porque está permeado de autoridade.

Para Sarti (1996, p. 43):

Existe uma divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como homem e mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família (...) Esta divisão complementar permite, então, a realização das diferentes funções da autoridade, como mediação da família com o mundo externo. O homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. (...) Cabe à mulher outra importante dimensão de autoridade, manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos.

Da mulher espera-se também que seja organizada no uso dos bens materiais e no controle das despesas.

O casamento se constitui numa aliança formada entre um homem e uma mulher para realizar um projeto de vida complementar. Sem que precise ficar explícito, se estabele-

ce um código de reciprocidade de papéis, que incorpora responsabilidades para cada membro do casal e delimita um código de obrigações morais.

Os laços de reciprocidade adotados no casamento são responsáveis pela divisão e definição de papéis diferenciados para o marido e para a esposa, que são confirmados e endossados pelos seus grupos de referência. Os homens esperam de seus pares que o casamento lhes atribua responsabilidade, autoridade e capacidade de prover e de proteger a família. Às mulheres atribui-se capacidade de cuidar da casa, dos filhos, de administrar os recursos materiais. São papéis que complementam-se, se legitimam e se sustentam pelo casamento.

A sociabilidade exercitada entre os casais está pautada numa relação personalizada, onde cada um assume papéis diferenciados e limitantes, que reafirmam hierarquias e limitam o trânsito nos espaços geográficos. A sociabilidade se configura em bases de compromissos implícitos e morais, que implicam em relações que demarcam fronteiras de atuação para homens e mulheres. Os papéis para a mulher e para o homem são carregados de significados no plano dos corpos, dos símbolos, dos objetos.

Conhecer o trânsito e suas fronteiras nos diferentes espaços de socialização (doméstico, trabalho, lazer, organizações, religiosos) pelo homem e pela mulher, faz parte da construção das identidades de cada um. A casa é um espaço de trânsito livre para a mulher, que não é preparada para explorar o espaço público, considerado espaço de mediação exclusiva do homem. Ultrapassar essas fronteiras pode quebrar as redes de compromisso, as regras de reciprocidade, um projeto de vida do casal. Pode romper com uma percepção de mundo baseada na hierarquia, na naturalização de papéis sociais, numa legitimidade configurada e assumida pelo grupo social.

Essa análise reitera os dados encontrados na pesquisa, que aponta para o predomínio do homem sobre o trabalho na roça e o da mulher no trabalho da casa.

Os seguintes dados indicam que as mulheres se sentem recompensadas e satisfeitas dentro da lógica da relação assumida no casamento, embora 36% das mulheres não tenham o poder de tomar decisões (ver TABELA 38, em anexo) e 29% delas necessitam da permissão do marido para tomar decisões (conforme TABELA 39, em anexo).

- 75% responderam que estão satisfeitas consigo mesmas;
- 60% responderam que se sentem valorizadas pela família;
- 65% se sentem valorizadas no seu trabalho;
- 70% se sentem felizes em relação à vida;
- 70% possuem muitos amigos com predominância do sexo feminino (86%);
- 50% afirmam que são livres;
- 69% têm liberdade para participar das festividades ou acontecimentos da comunidade e
- 52% têm poderes para tomar decisões.

As respostas confirmam que o casamento implica em regras de reciprocidade, de trocas, onde os papéis sociais não são questionados, nem tensionados. A hierarquia e a autoridade masculina parecem ser vivenciadas para cumprir uma missão, um destino atribuído à relação. A hierarquia e a autoridade não é percebida como elemento de construção de desigualdades, porque é naturalizada no cotidiano.

Quando pede-se a opinião das mulheres sobre desigualdades entre homens e mulheres, 24,5% das entrevistadas respondem que não sabem, 10,8% não respondem, 12,9% atribuem a falta de união e 12,4% ao fato dos homens gostarem de serem superiores (ver GRÁFICO 27).

A afirmação e realização da mulher, subordinada ao universo familiar e relacional, sendo moralmente legítima e socialmente aceita, não é motivo de inferiorização, porque seus valores estão fundamentados na tradição judaico-cristã e greco-romana, alicerces da formação do pensamento ocidental mo-

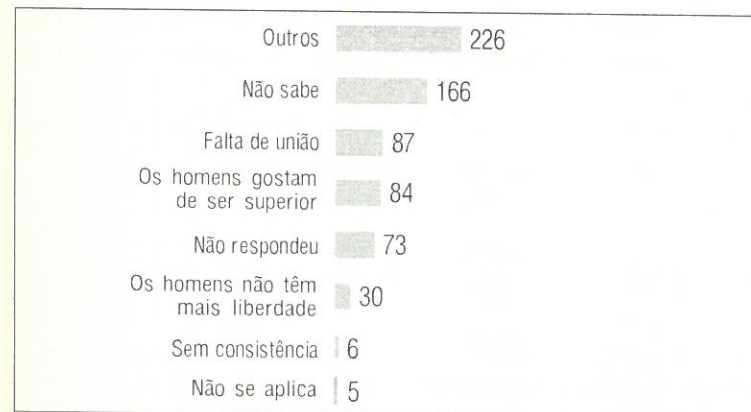


GRÁFICO 27 – OPINIÃO SOBRE DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES SEGUNDO NÚMERO DE MULHERES

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

derno. O pensamento judaico-cristão determina em primeira instância o comportamento e rege a moral familiar em detrimento do valor mercantilista e econômico, atribuído pelo sistema capitalista que vai sendo instituído e naturalizado pelas estruturas que ordenam o pensamento e o comportamento humano.

A lógica do trabalho que media as relações entre os membros da família está principalmente pautada numa valoração moral, que atribui aos atos de dar e receber, códigos de retribuição simbólicos.

3.6 Violência Doméstica

Nas relações familiares encontram-se sérios indícios de violência tanto de natureza incestuosa, quanto revelados nas agressões físicas, sobretudo contra a mulher. Essa violência à mulher está centrada principalmente no espaço doméstico tendo como principal protagonista o homem/marido.

O GRÁFICO 28 apresenta dados sobre relações incestuosas no interior da família, do conhecimento da mulher.

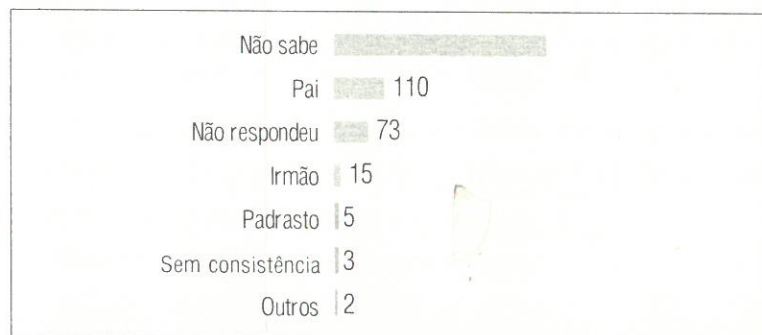


GRÁFICO 28 – NÚMERO DE MULHERES QUE CONHECEM OS RESPONSÁVEIS PELAS RELAÇÕES INCESTUOSAS POR GRAU DE PARENTESCO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Os dados identificados são preocupantes. Primeiro, pela constatação do fato, segundo, quando apontam para a responsabilidade e iniciativa do pai sobre 16,2% das relações incestuosas identificadas. Um estudo mais aprofundado é conveniente para esclarecer-se os sentidos desses dados, as origens desses comportamentos, a identificação das vítimas e os reflexos sobre as mesmas.

Já o GRÁFICO 29 apresenta dados sobre a violência sofrida pela mulher e identifica o seu agressor.

As mulheres que sofreram violência física informaram que foram através de empurrão, de briga corporal, de surra ou de lesão corporal com objeto.

Esses dados sobre a violência à mulher, embora restritos, são também importantes para apontar uma problemática que precisa ser melhor desvendada, para uma intervenção qualificada pelas instâncias governamentais e da sociedade civil.

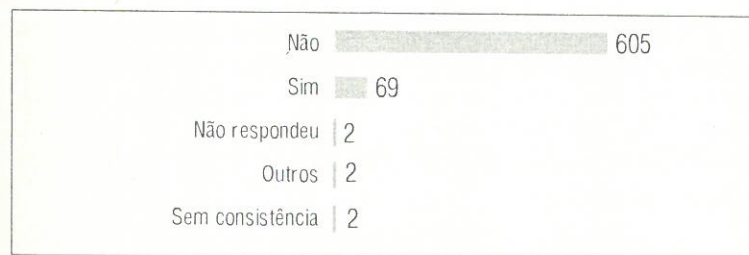


GRÁFICO 29 – NÚMERO DE MULHERES POR INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

4 A SAÚDE DA MULHER RURAL

O GRÁFICO 30 apresenta a mulher como a pessoa que mais adoece na família, o que vem confirmar a desvalorização do desgaste físico e emocional das mulheres e a ausência de espaços para a reposição integral das energias consumidas com o trabalho doméstico.

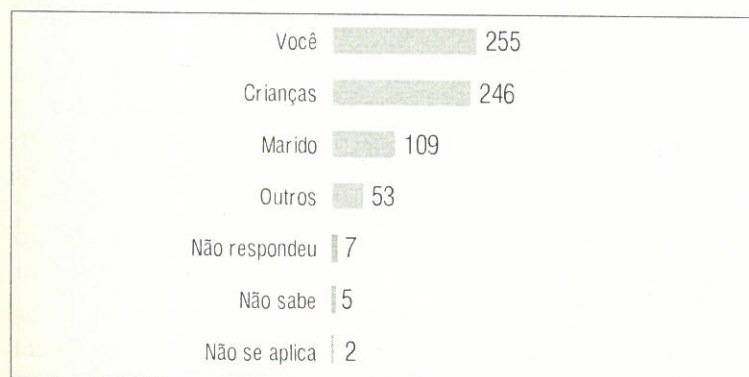


GRÁFICO 30 – IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA QUE MAIS ADOECE NA FAMÍLIA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Cabe ainda uma discussão sobre o não valor do trabalho doméstico e de sua contribuição e importância na reposição das energias dos demais membros da família. Sendo uma atividade que não constrói valor de mercado, não é vendida como mercadoria, não é sequer considerada trabalho produtivo.

As mulheres (42,9%) consideram que têm boa saúde, enquanto 23,1% afirmam que sua saúde é mais ou menos e 33,6% informam que não têm saúde (ver TABELA 40, em anexo).

A prevenção de câncer não foi realizada por 64,1% das mulheres (ver TABELA 41, em anexo) que, na sua maioria, é realizada no próprio município. O acompanhamento pré-natal foi realizado em todos os filhos por 33,3% das mulheres, em alguns filhos em 21,7% das mulheres e 35,1% das mulheres afirmou que não fez o pré-natal em nenhum dos filhos (conforme TABELA 42, em anexo). A maioria das entrevistadas realizou o pré-natal no próprio município. Cerca de 67% das entrevistadas conhecem o programa de vacinação para grávidas na comunidade (ver TABELA 43, em anexo) e 49,3% das mulheres bebem água natural para 29,9% que consome água filtrada (conforme TABELA 44, em anexo).

A maioria das mulheres (75,7%) utilizam a medicina caseira (ver TABELA 45, em anexo) e 76,3% vacinam os seus filhos (consultar TABELA 46, em anexo). O atendimento médico municipal é considerado por 43,7% das mulheres como sendo bom (ver TABELA 47, em anexo) e 44,1% das mulheres atribuem um conceito bom ao atendimento à mulher no Hospital Municipal (observar TABELA 48, em anexo).

As entrevistadas (63,5%) desconhecem a existência de curandeiro na comunidade (ver TABELA 49, em anexo) e 51,6% não acreditam na cura através do mesmo (ver TABELA 50, em anexo), embora, 78,6% reconheçam a existência de rezadeiras na localidade (observar TABELA 51, em anexo) e

84% das mulheres acreditem na cura atribuída às rezadeiras (ver TABELA 52, em anexo), ora porque já experimentaram, ora porque têm fé.

A saúde é ainda o bem maior desejado pelas mulheres como indica o GRÁFICO 31.

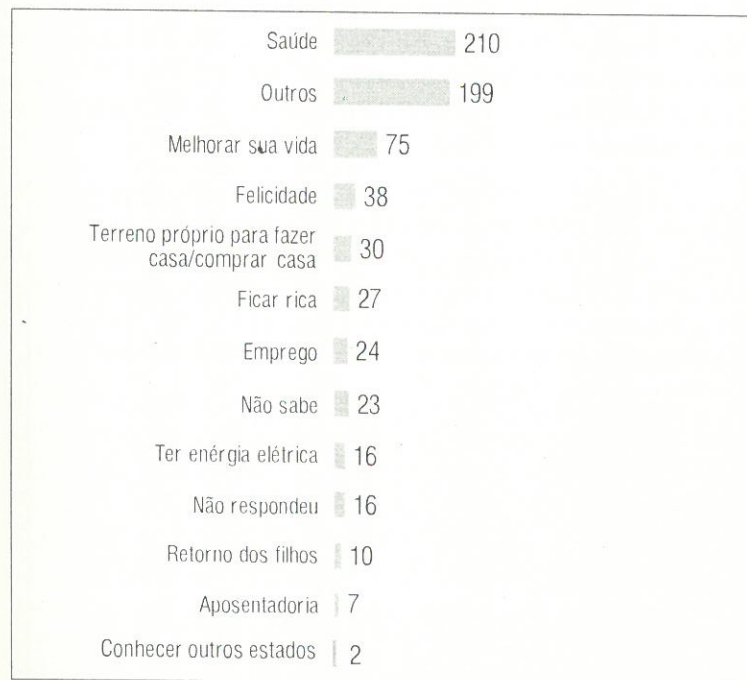


GRÁFICO 31 – NÚMERO DE MULHERES EM RELAÇÃO AO QUE MAIS DESEJA QUE ACONTEÇA NA SUA VIDA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

5 O CORPO FEMININO – PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A mulher e o homem nasceram diferentes. Essa diferença, inscrita nos corpos femininos e masculinos que está materializada no corpo biológico, vai fornecer o material

simbólico para a construção e definição de um corpo social feminino e masculino.

O corpo biológico feminino, mais do que o corpo biológico masculino, vai se imbricar, se colar às representações desejadas e esperadas na formação do corpo social da mulher. O casamento, a maternidade, o cuidar dos outros, o dar, o doar-se, a ocupação com a casa, com a família, a socialização dos filhos, a educação moral da família, são funções atribuídas à mulher, construídas e disciplinadas na sociedade, de forma simbólica, cultural e formal.

O sistema familiar e profissional; as instituições políticas, econômicas, educacionais e religiosas; as formas de cultura; a organização legal e burocrática da sociedade; os símbolos, a linguagem, o pensamento, a ciência, o arcabouço moral atuam em seus territórios de domínio ou sincronizados, para construir um corpo social feminino (e também masculino).

Associar o corpo e a mente femininos numa mesma natureza (física e cultural) é o passo inicial para esse processo de disciplinamento. Nesse sentido, é que o corpo feminino colado ao papel reprodutivo vai exercer basicamente a função da necessidade da sobrevivência humana, negando e oprimindo a possibilidade do desejo sexual à mulher.

Essa reflexão compactua com o estudo em questão, que procurando conhecer das mulheres rurais se sabem o que é desejo sexual, encontra em 47,4% das entrevistadas a afirmação de que não sabem o que é desejo sexual, e onde 41,9% informam saber o que é (ver TABELA 53, em anexo). Embora quase 50% das mulheres conheçam o que seja desejo sexual, perguntadas qual a frequência com que sentem desejo sexual, apenas 21,1% respondem que sentem frequentemente, para 46,8% que informam ser raramente e 26,7% que afirmam nunca sentir (conforme TABELA 54).

Perguntadas se sabem o que é gozo sexual, 49,3% das mulheres afirmam que não sabem, para 40,2% que afirmam saber o seu significado (ver TABELA 55, em anexo). Sobre a frequência ao sentir prazer nas relações sexuais, o resultado

é animador. Das mulheres, 38,1% afirmam que sempre sentem prazer e 11,4% que sentem com frequência, embora, 33,4% afirmem que raramente sentem prazer e 11,2% que nunca sentem prazer (ver TABELA 56, em anexo).

Ao solicitar as entrevistadas para apontarem o que fazer quando a mulher não sente prazer sexual, 13,8% das mulheres nada sugerem, 31% não sabem, 10,5% sugerem procurar um médico porque podem estar doentes e 5,2% que devem gostar mais do marido (ver TABELA 57, em anexo). Esses dados refletem uma interiorização de sentimentos de responsabilidade e de culpabilidade na própria mulher, porque não se apercebem de que a relação sexual é um ato de partilha, de trocas, onde marido e mulher são co-responsáveis pela satisfação mútua.

As carícias nas relações sexuais são consideradas por 78,4% das mulheres como elemento de ajuda no prazer sexual (TABELA 58, em anexo). Das entrevistadas 62,6% afirmam que os companheiros fazem carícias, para 21,3% que às vezes fazem e, 11,2% que nunca fazem (TABELA 59, em anexo). Ao perguntar se as mulheres fazem carícias nos seus companheiros, 54,2% delas afirmam que sim, 25% que às vezes e 15,5% que nunca fazem (TABELA 60, em anexo).

As mulheres ao se expressarem sobre se já procuraram o marido para ter relações sexuais, 62,6% respondeu que não procurou e 31,6% respondeu que já procurou (TABELA 61, em anexo). Quando procurados, a maioria dos homens aceitou fazer relações. As mulheres que não procuram afirmam que têm vergonha, que o homem é quem deve procurar, que não gostam, não têm vontade ou que ele já procura sempre.

Ao apresentarem suas opiniões sobre a possibilidade da mulher que sente prazer sexual poder engravidar mais, 63,4% das entrevistadas indicam que o prazer ajuda a engravidar (TABELA 62, em anexo). Aliando o prazer à reprodução, ou seja, internalizando o sentimento de que se o ato sexual vier aliado ao desejo, isto poderá facilitar e até garantir a concepção, a mulher se permite viver o prazer do ato sexual sem culpas.

A maioria das mulheres (80,5%) afirmam que não costumam conversar sobre sexo com outra pessoa. Quando conversam, na sua maioria, é com outras mulheres (ver TABELA 63, em anexo). Para as mulheres mais velhas este é um assunto ainda considerado proibido, "feio". Não o tratam com as filhas. Algumas jovens que alcançam uma escolaridade maior já ousam tratar deste assunto com outras jovens.

O GRÁFICO 32 indica a frequência das relações sexuais mantidas pelas mulheres no último mês. Observa-se que 19,9% das mulheres não manteve relações e 1,5% manteve todo dia.

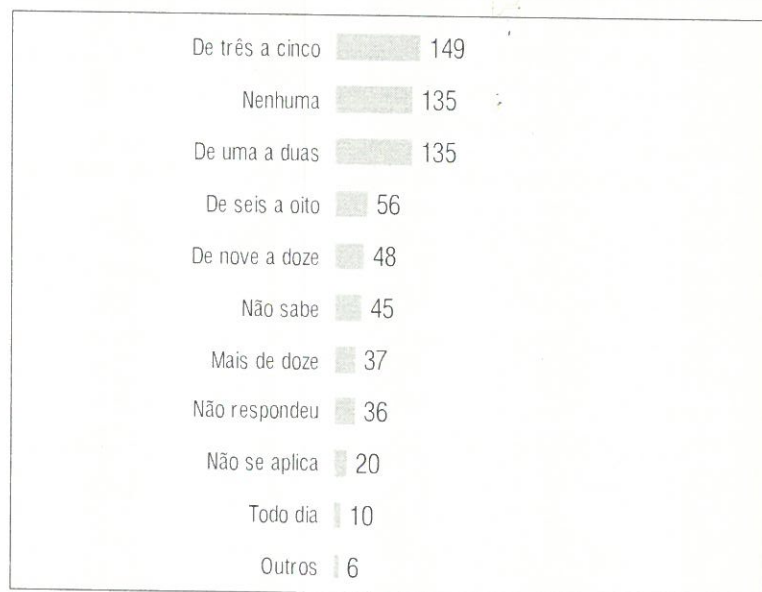


GRÁFICO 32 – NÚMERO DE MULHERES E FREQUÊNCIA NAS RELAÇÕES SEXUAIS NO MÊS ANTERIOR

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

A sexualidade feminina aparece de forma difusa no corpo inteiro da mulher. O desejo se apresenta diferente do homem, que se concentra mais no órgão sexual. A menina é

mais reprimida sexualmente do que o menino. A sociedade abre e fecha a saída do desejo de forma diferenciada para homens e mulheres e quando lhe convém.

O casamento é considerado algo bom para 34,6% das mulheres; 16,2% consideram que só é bom se houver bons sentimentos na união (TABELA 64, em anexo). A maioria das entrevistadas consideram o amor uma coisa boa, gostar de alguém, viver unido e gostar do marido. Em geral, as mulheres não descolam o sexo do amor, nem o prazer do afeto. Para 65,1% das entrevistadas, a mulher é mais fiel do que o homem na relação (TABELA 65, em anexo).

A mulher, em geral, não tem consciência do corpo enquanto algo de seu pertencimento, de seu domínio. O corpo feminino desde que nasce vai sendo preparado para assumir o *socius* que lhe designa a sociedade. O corpo não é dela, é do outro – ora do pai, ora do marido, ora da sociedade.

É o corpo feminino na sua função reprodutiva, que leva o Estado a desenvolver programas de controle sobre o corpo da mulher, através dos programas de controle da natalidade, seja pela distribuição massiva de meios anticoncepcionais, como a pílula, seja pelo uso da laqueadura.

A Igreja também desempenha um papel estratégico na doutrinação, direção, organização e orientação do corpo feminino. A Igreja através de suas normas, rituais e dogmas moldam comportamentos, instituem e padronizam valores morais.

A pesquisa em análise demonstra em diversos momentos o papel subliminar da Igreja na adoção de determinadas crenças e práticas sociais.

Ao se pedir a opinião sobre relações sexuais antes do casamento, 75,3% das mulheres não concordam (TABELA 66, em anexo) e 16,8% concordam que as mulheres devem ter relações antes do casamento. É este um percentual a se considerar, porque pode estar a indicar rupturas nos padrões tradicionais e uma liberação do corpo para o prazer descolado da maternidade e do casamento.

Segundo o GRÁFICO 33, o aborto não é considerado algo aceitável pelas mulheres.

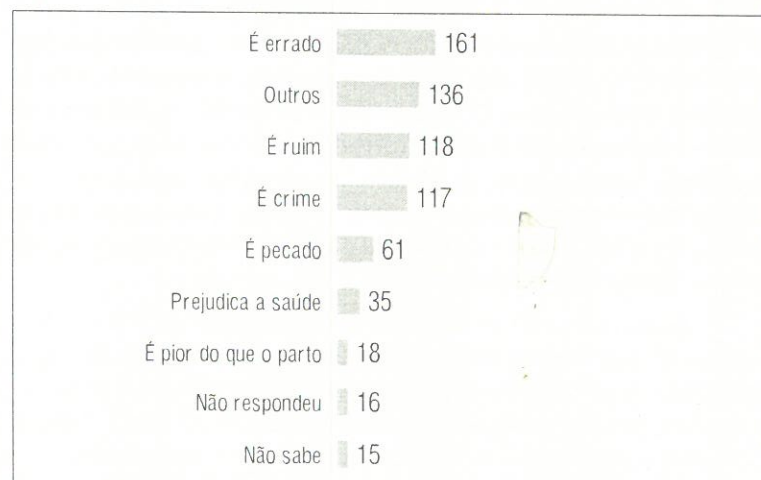


GRÁFICO 33 – NÚMERO DE MULHERES E OPINIÃO SOBRE O ABORTO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Das mulheres pesquisadas, 92,9% consideram que devem manter a gravidez em casos de gravidez indesejada (TABELA 67, em anexo), onde 11,8% afirmam que o aborto é crime, que 21,3% devem assumir e 10% que a criança não tem culpa (ver TABELA 68, em anexo). Das mulheres, 90,7% nunca provocou aborto (TABELA 69, em anexo) e das 7,2% que o fizeram, 3,8% foi por uma decisão da mulher.

Das entrevistadas, 44% nunca evita filhos, 30,4% sempre evita e 12,4% raramente evita filhos (TABELA 70, em anexo). Enquanto 30,9% das mulheres afirmam que o casal é quem decide sobre o número de filhos, 52,7% informam que é Deus quem decide (TABELA 71, em anexo).

Para 54,9% das mulheres há concordância com a ligação das trompas (TABELA 72, em anexo), que entendem

ser: melhor do que ter filhos sem poder criá-los, ser melhor que fazer o aborto e é uma forma de evitar a gravidez (TABELA 73, em anexo). A pesquisa encontra 20,1% de mulheres que realizaram a ligação das trompas (TABELA 74, em anexo). Essa é justificada por considerar que a vida está mais difícil, para não ter mais filhos e porque o médico recomenda.

Perguntando-se às mulheres se sabem o que é vasectomia, somente 4,4% das mulheres afirmam que sabem (TABELA 75, em anexo), indicando um enorme desconhecimento de métodos anticonceptivos que envolvem diretamente o homem. O corpo masculino é lugar de socialização do trabalho e, em geral, é protegido de possíveis intervenções cirúrgicas e físicas deliberadas. O risco de perda da potência masculina afirmado pelos homens é outro fator decisivo que torna esse debate proibido e desconhecido.

Existem práticas de sexualidade tidas como alternativas ou complementares ao prazer sexual que a moralidade judaico cristã proíbe. A masturbação é uma delas. A pesquisa procura saber se as mulheres conhecem o que é masturbação. Das entrevistadas, 87,7% afirmam que não conhecem e apenas 8,7% sabem o que é (ver TABELA 76, em anexo). Sobre o adultério feminino, 96,9% das mulheres não concordam (ver TABELA 77, em anexo) e sobre o adultério masculino, 94,8% das mulheres também não concordam (ver TABELA 78, em anexo).

6 A MULHER RURAL E A POLÍTICA

Neste estudo, há um interesse em identificar dois aspectos relacionados ao exercício do pensar e do agir político da mulher rural. O primeiro aspecto, refere-se a descoberta dos lugares de aparecimento da mulher como sujeito político e o segundo, refere-se à expressões de interesse e participação política da mulher relacionadas às últimas eleições, aos partidos políticos e aos candidatos.

Situar outros espaços de visibilidade feminina que não estejam inscritos nos espaços domésticos nem colados ao papel da maternidade, indica possibilidades de emergência de um sujeito social que amplia seus espaços de atuação e busca construir outros referenciais identitários, localizados nos espaços públicos, considerados tradicionalmente de domínio do gênero masculino.

Os dados do GRÁFICO 34, identificam a participação de 25,6% das mulheres pesquisadas em algum tipo de organização.

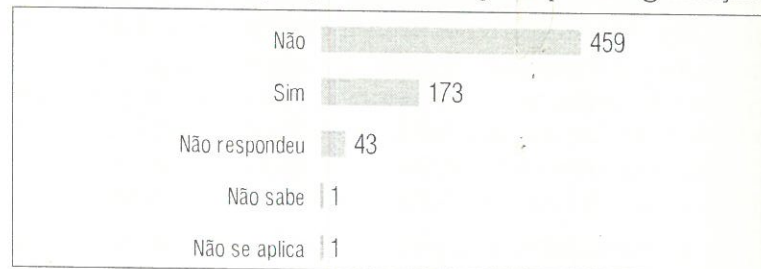


GRÁFICO 34 – NÚMERO DE MULHERES POR INCIDÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Embora não represente a maioria das mulheres, esse dado é significativo por apontar pólos de iniciação da mulher na vida política e organizativa de sua classe social. São essas mulheres que estão a construir rupturas e passagens do mundo privado para o mundo público; estão a constituir novas sociabilidades e mudanças nos padrões esperados; estão a tencionar as relações familiares tradicionais e a incorporar novas relações de poder; estão a provocar rupturas nos modelos hegemônicos e a exercitar novas formas de subjetivações.

A afirmação de 61% das mulheres de que a participação da mulher nessas organizações traz resultados positivos para a mesma é indicativo de aprovação àquelas mulheres que estão a engendrar novas experimentações em outros espaços sociais (ver TABELA 79, em anexo).

A pesquisa procura saber se as mulheres conhecem alguma organização de mulheres na sua comunidade e 79,6% informam que não conhecem (ver TABELA 80, em anexo). Sobre a indagação se conhecem alguma organização de mulheres no próprio município, 91,9% respondem que não conhecem (ver TABELA 81, em anexo). Perguntando-se também se conhecem alguma organização de mulheres no estado, este dado sobe para 94,7% de mulheres (ver TABELA 82, em anexo) e sobre a existência de alguma organização de mulheres em nível nacional, 97,5% das mulheres respondem que não conhecem (ver TABELA 83, em anexo). As instâncias de poder são diferenciadas e se distanciam do horizonte de conhecimento das mulheres. Mas chama-nos atenção o alto desconhecimento pelas mulheres das organizações de mulheres existentes na sua comunidade e no seu município. Isso pode indicar a pouca participação das mulheres em atividades reivindicatórias, formativas, ao pouco acesso das mulheres a informações, a espaços de discussão política e, também, ao pouco trânsito nos espaços públicos. Também o debate sobre a especificidade da problemática da mulher pode estar a acontecer em espaços restritos e, ainda, de pouco acesso à maioria dessas mulheres.

O GRÁFICO 35 indica o tipo de associação que a mulher participa.

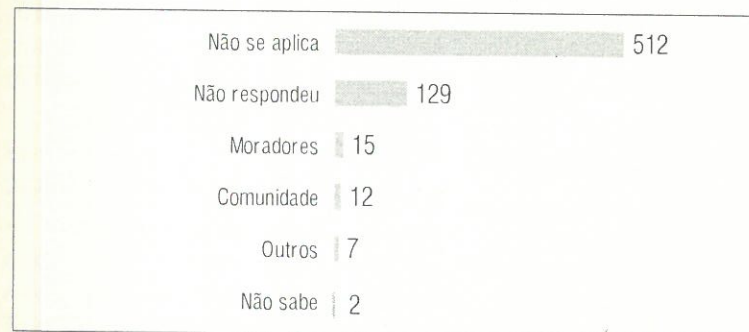


GRÁFICO 35 – NÚMERO DE MULHERES POR TIPO DE ASSOCIAÇÃO QUE PARTICIPA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Apenas 2,2% de mulheres participam de associações de moradores e 1,8% de associações comunitárias.

No GRÁFICO 36, 2,1% das mulheres informam que sua atuação se dá através da participação nas reuniões e 0,6% através de cargos administrativos.

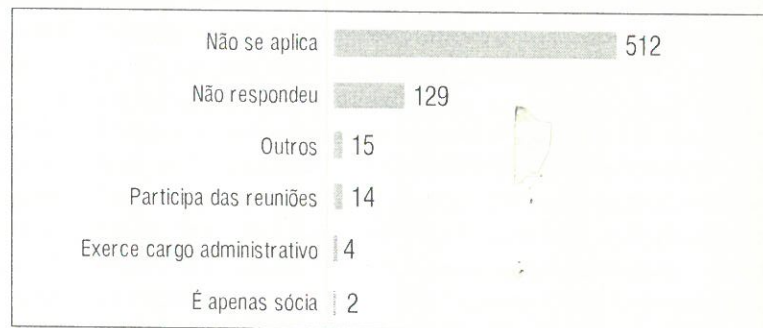


GRÁFICO 36 – NÚMERO DE MULHERES POR TAREFA QUE POSSUI NA ASSOCIAÇÃO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

No GRÁFICO 37, observa-se que 4,4% das mulheres participam do sindicato dos trabalhadores rurais e no GRÁFICO 38, identifica-se que 0,6% dessas mulheres exercem uma função na direção e 2,1% afirmam que participam das reuniões e assembleias.

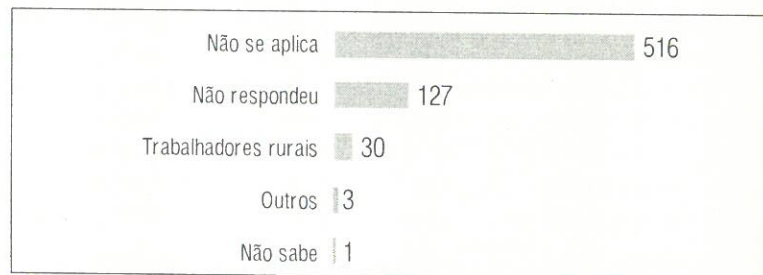


GRÁFICO 37 – NÚMERO DE MULHERES POR TIPO DE SINDICATO QUE PARTICIPA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

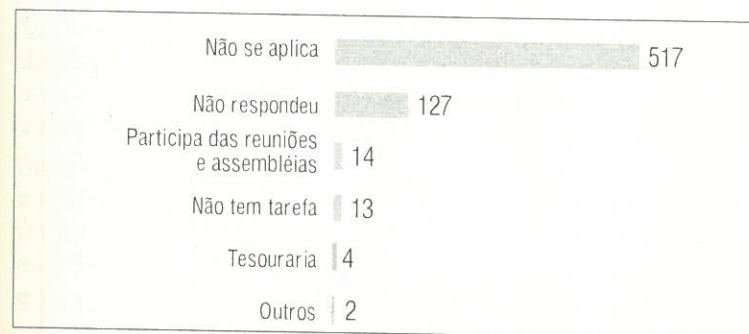


GRÁFICO 38 – NÚMERO DE MULHERES POR TAREFA QUE POSSUI NO SINDICATO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Essas estatísticas são minoritárias, mas não podem ser desprezadas porque apontam para mudanças importantes que estão se potencializando no mundo rural. Expressam a emergência de um pequeno contingente de mulheres que estão a adentrar em movimentos sociais e políticos, até então, afeitos ao domínio masculino.

Esses dados podem também esconder uma realidade que cria obstáculos à maior participação da mulher nas organizações. Seja por falta de tempo; seja por proibição dos maridos; seja por medo, por inibição, por desestímulo, desvalorização, o fato é que os dados parecem apontar para uma reduzida ocupação dos espaços de prática política, pelas mulheres rurais.

Por outro lado, esses dados também podem indicar um emergente trabalho de formação política junto às mulheres rurais no Estado.

Na década de 1980, o trabalho das Pastorais Rurais é encontrado apenas nas regiões do Estado onde as paróquias adotam uma matriz de orientação religiosa baseada na Teologia da Libertação, que ainda não incorpora a preocupação com a problemática da mulher.

Segundo Sales (1995), a Campanha da Fraternidade adotada pela Igreja Católica no ano de 1990, denominada "Deus

quer mulher e homem como companheiros, iguais nos direitos, porque os dois são imagem e semelhança Dele” vai suscitar a introdução do debate da problemática da mulher e das relações de gênero no interior dos espaços institucionais da Igreja.

Em meados da década de 1980, as mulheres do Assentamento Maceió localizado no município de Itapipoca começam a participar dos programas de formação para a mulher, organizados e dirigidos pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais/MMTR do Nordeste e assessorado pelo CETRA uma Organização Não-Governamental/ONG cearense.

O MMTR-NE tem origem em 1982, no Estado da Paraíba e depois é ampliado para os Estados de Pernambuco, do Ceará e demais estados do Nordeste e se define como um movimento autônomo de mulheres voltado para a conscientização política, social e econômica da mulher que pretende empoderá-la para uma ativa atuação nos espaços organizativos da classe trabalhadora, com destaque para o movimento sindical.

Sales (1995) registra a realização em 1985, de 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país e a realização em Brasília, em 1986, do 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais.

O Estado do Ceará cedia em 1992 o 6º Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e tem a participação de 13 mulheres representantes de sete regiões do Ceará. Essas mulheres integrarão um Coletivo Estadual voltado para implementar um trabalho de capacitação de mulheres rurais nas suas regiões.

No Ceará, a ONG denominada ESPLAR, que atua na assessoria aos trabalhadores rurais e suas organizações, inicia uma discussão sobre a necessidade de inclusão da problemática da mulher nos seus programas, mas, restrita ainda à suas áreas de atuação, situadas nos municípios de Itapipoca e de Tauá.

Esse estudo que trabalha com dados de uma pesquisa coletada entre 1993 e 1996, não pode refletir resultados de um trabalho de formação política que se inicia, onde as mulheres estão a adentrar os movimentos sociais para afirmar o caráter específico de suas lutas, que reúne desafios múltiplos

a enfrentar, como o rompimento com valores históricos e culturais pautados num pensamento androcêntrico.

O segundo aspecto tratado nesse estudo busca visibilizar a compreensão e a visão da mulher sobre cidadania, sobre as eleições em nível estadual e federal no ano de 1990, sobre as eleições municipais no ano de 1992, sobre o desempenho dos políticos, dos partidos políticos e dos candidatos.

Consultadas sobre o que significa Cidadania, 93,6% das mulheres afirmam que não sabem (ver TABELA 84, em anexo). Dessas mulheres, 9,2% não sabem porque nunca ouviram falar; 5,0% porque faltam esclarecimentos e 70,9% não respondem (ver TABELA 85, em anexo).

Perguntadas se consideram-se cidadãs, 66,8% das mulheres respondem que sim e 25,1% que não (ver TABELA 86, em anexo).

O GRÁFICO 39 indica os direitos que as mulheres consideram ter como cidadãs, que parece refletir pouco entendimento de seu significado político.

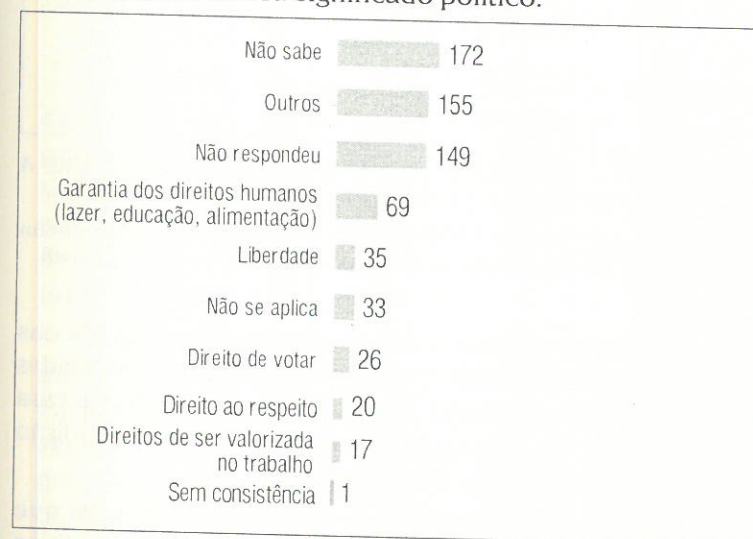


GRÁFICO 39 – NÚMERO DE MULHERES POR TIPO DE DIREITOS QUE CONSIDERA TER ENQUANTO CIDADÃ

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Perguntadas se acham que têm deveres com a sociedade, 45,3% das mulheres afirmam que sim e 16,6% apontam como sendo os deveres de zelar pela família e pela casa e de ajudar os outros (ver TABELA 87, em anexo), reforçando a visão naturalizada do papel atribuído à mulher de cuidar dos outros, seja na família seja na comunidade.

O GRÁFICO 40 solicita a opinião das mulheres sobre a capacidade de votar do povo brasileiro, onde 41,5% das mulheres respondem que o povo sabe escolher os melhores candidatos e 40,9% que o povo não tem capacidade de votar bem.

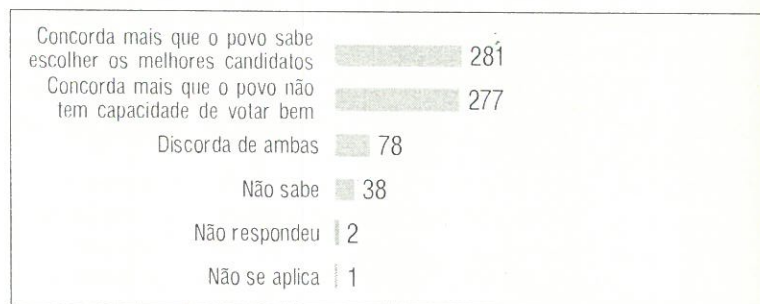


GRÁFICO 40 – NÚMERO DE MULHERES POR OPINIÃO SOBRE A CAPACIDADE DE VOTAR DO POVO BRASILEIRO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Os partidos políticos são conhecidos por 44,9% das mulheres (ver TABELA 88, em anexo), onde 4,9% são filiadas (ver TABELA 89, em anexo). Para 1,5% destas mulheres, essa escolha se deve ao interesse pelo partido e 1,2% pela tradição familiar (ver TABELA 90, em anexo).

Segundo a TABELA 41, as mulheres justificam que não são filiadas porque nunca se interessaram por política (6,1%), porque não gostam de política (8,7%) e 2,5% porque só fazem votar.

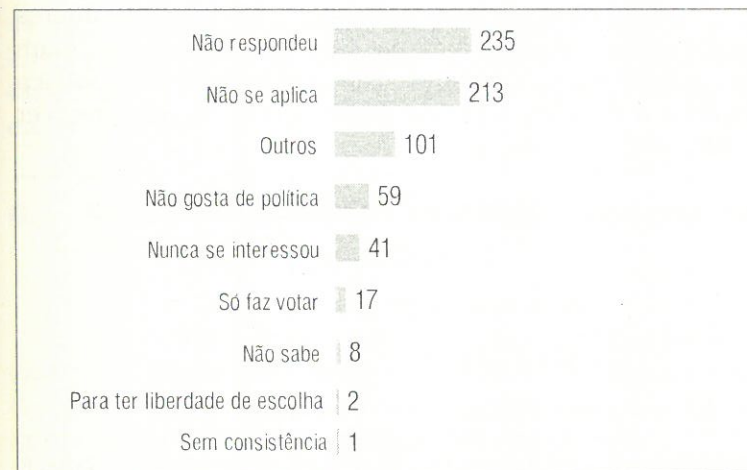


GRÁFICO 41 – NÚMERO DE MULHERES E RAZÕES DA NÃO FILIAÇÃO A PARTIDO POLÍTICO

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Mas, 71% das mulheres concordam com a participação da mulher na política (observar TABELA 91, em anexo), porque traz benefícios para a mulher e porque os direitos são iguais (ver TABELA 92, em anexo). Apenas 8,9% das mulheres afirmam que não concordam com a participação da mulher na política porque política é só para homem (observar TABELA 93, em anexo).

Perguntadas qual o papel dos partidos políticos, 24,2% das mulheres afirmam que os partidos políticos são inúteis, embora 43,6% considerem que os partidos prestam um bom serviço (ver TABELA 94, em anexo). Das 53,2% mulheres que não conhecem partidos políticos, 7,8% afirmam que não conhecem porque não se interessam e 6,2% porque não entendem (observar TABELA 95, em anexo). É significativo o percentual de mulheres que conhecem outras mulheres filiadas a partidos políticos, expressos em 27,3% (ver TABELA 96, em anexo).

O GRÁFICO 42 demonstra que 58,1% das mulheres entrevistadas não sabem o que é política e 24,8% afirmam que sabem o que é política. Para essas mulheres política significa a eleição, o ato de votar ou são os partidos (ver TABELA 97, em anexo).

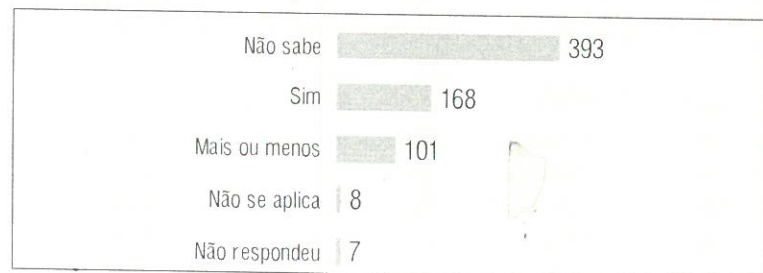


GRÁFICO 42 – NÚMERO DE MULHERES E SE SABEM O QUE É POLÍTICA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

As mulheres identificam vereadoras em seu município e, 25,8% das mulheres pesquisadas, conhecem o partido ao qual as vereadoras estão ligadas (ver TABELA 98, em anexo).

A pesquisa aponta que 25,8% das mulheres consideram que as vereadoras são mais competentes que os homens; que 38,2% consideram as vereadoras iguais aos homens e 19,5% que são menos competentes que os homens (observar TABELA 99, em anexo).

Perguntadas sobre o nível de responsabilidade das mulheres vereadoras, 36,1% respondem que as mulheres são mais responsáveis que os homens, para 34,7% que consideram os dois iguais e 19,5% que as mulheres são menos responsáveis que os homens (ver TABELA 100, em anexo). Esses dados vêm confirmar outros estudos que qualificam a mulher como sendo mais responsável e competente quando assume cargos políticos, diante de sua relação com as necessidades imediatas da família e

as capacidades humanas. As mulheres-políticas não enveredaram pelo mundo da corrupção e são práticas, objetivas no fazer e mais próximas das necessidades das mulheres.

6.1 Sobre as Eleições Estadual e Federal no Ano de 1990

Em 1990, o Brasil realiza eleições para Governador do Estado, Deputado Federal e Estadual. O Ceará elege Ciro Ferreira Gomes (mandato de 1990 a 1994) para governador, que substitui o então governador Tasso Jereissati.

A pesquisa demonstra que 41,1% das mulheres lembram em quem votaram para governador e o nome do candidato (ver TABELA 101, em anexo), mas somente 12,3% lembram o partido do seu candidato (ver TABELA 102, em anexo). Para o cargo de Deputado Estadual apenas 18,5% das mulheres lembram em quem votaram (observar TABELA 103, em anexo) e dessas, apenas 8,2% lembram o seu partido (observar TABELA 104, em anexo). Sobre o voto para Deputado Federal apenas 10,8% das mulheres lembram em quem votaram (ver TABELA 105, em anexo) e somente 3,6% das mulheres lembram o partido político de seu candidato (observar TABELA 106, em anexo).

Mesmo tendo votado no mesmo dia para todos esses cargos, as mulheres guardam com mais intensidade as informações do candidato a governador. É um cargo majoritário que aparece com mais assiduidade na mídia e nas propagandas políticas e representa um poder diferenciado e possivelmente mais claro para as mulheres. O nome do governador é lembrado por 54,2% das mulheres, para 44,9% que não sabe o nome do então Governador do Ceará (observar TABELA 107, em anexo). Ao avaliarem o governo Ciro Gomes, 13,6% das mulheres consideram-no

ótimo, 45,5% o atribue um conceito bom e 26% um conceito regular (conforme TABELA 108, em anexo). Para 54,6% das mulheres Ciro Gomes é considerado honesto porque ajuda aos pobres, trabalha muito pelo povo, é boa pessoa e porque os outros falam (ver TABELA 109, em anexo).

A pesquisa procura também conhecer a opinião das mulheres sobre o 1º mandato do ex-governador Tasso Jereissati e 59,2% das mulheres consideram que o mesmo realiza um bom governo (observar TABELA 110, em anexo), porque ajuda aos pobres, faz boas coisas e boa administração (ver TABELA 111, em anexo). Chama-se atenção para 54,2% das mulheres que afirmam que a fome não diminui no seu governo (conforme TABELA 112, em anexo).

6.2 Sobre as Eleições para Prefeito, Vereador e Presidente da República em 1992

As mulheres na sua maioria (83,6%) votam e lembram o nome de seu candidato a prefeito (ver TABELA 113, em anexo), embora apenas 37,8% lembrem o nome do partido de seu candidato (observar TABELA 114, em anexo). Para vereador, 81,1% das mulheres lembram o nome de seu candidato (ver TABELA 115, em anexo) e 35,5% lembram o nome do partido (conforme TABELA 116, em anexo). A maioria das mulheres (93,4%) conhece o nome do prefeito de seu município (ver TABELA 117, em anexo).

O GRÁFICO 43 apresenta o resultado eleitoral em primeiro turno para Presidente da República e demonstra que o candidato que recebe mais votos das mulheres é Fernando Collor de Mello, com 43,9 percentuais. O segundo mais votado é Luiz Inácio Lula da Silva, com 12,3% de votos. Das mulheres, 10,2% não lembram em quem votaram.

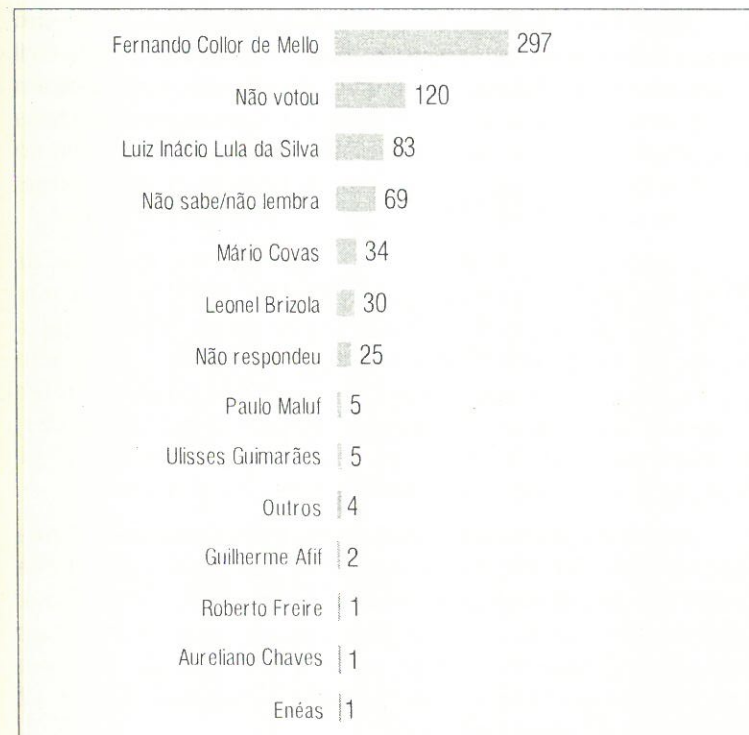


GRÁFICO 43 – NÚMERO DE MULHERES E IDENTIFICAÇÃO DO VOTO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA NAS ELEIÇÕES DE 1992. (1º TURNO)

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

No segundo turno, o candidato Fernando Collor recebe 47,6% dos votos das mulheres e Luiz Inácio Lula da Silva recebe 19,5% dos votos, conforme TABELA 118, em anexo.

Perguntadas se sabem o nome do então Presidente da República, 66,8% das mulheres informam que não sabem para 32,5% que sabem, (ver TABELA 119, em anexo).

O partido político não é ainda entendido como um instrumento importante de interlocução entre a sociedade civil e o Estado. As mulheres, em geral, desconhecem e minimizam a importância do partido político e desconhecem seus programas. O que leva a uma decisão na escolha do candidato não é o partido nem seu programa político, mas o papel exercido pela mídia e a influência do candidato na região.

Conforme a TABELA 120, em anexo, embora as mulheres considerem que os dois últimos governos (de Tasso e de Ciro) foram bons, 67,7% das entrevistadas avaliam que a vida no campo piorou muito nos últimos três anos. Enquanto que 46,8% avaliam que a situação econômica das mulheres também piorou muito nos últimos três anos (ver TABELA 121, em anexo) e 55,4% consideram que o responsável pela atual situação é o governo (observar TABELA 122, em anexo).

Esses dados indicam que as mulheres não fazem uma relação mais próxima e direta entre eleições, candidatos eleitos e a precária situação social e econômica vivenciada pelas famílias rurais, além de apresentar o Estado como algo distante e inacessível, que pode ser criticado, embora quando esse governo é materializado, nomeado, a crítica é minimizada substancialmente.

A política não é ainda pensada como algo também vivenciado pelas mulheres, como uma prática exercitada no ato de votar, de escolher candidatas. Participar das eleições parece mais uma atitude de obrigação do que o exercício de cidadania num espaço político. Desconhece-se as eleições como um acontecimento onde a participação, mesmo indireta, pode propiciar mudanças que se deseja para o país. As eleições não são vistas como um exercício de formação de sujeitos políticos, nem são relacionadas à mudanças que podem acontecer no cotidiano da vida das pessoas. O poder está distante dessas pessoas, é algo inatingível e o poder do voto não é visto como uma possibilidade de rompimento com as relações de poder vigentes.

Por séculos reduzidas ao papel de mãe, esposa e dona de casa, as mulheres tateiam no exercício político de

cidadania e na incorporação e vivência consciente de uma dimensão cara à sociedade que se quer gestar democrática. Mas é esse um exercício que se aprende vivenciado-se e refletido-se sobre a mesma.

7 SONHOS E REALIZAÇÕES

Quando perguntadas qual a primeira coisa que fariam se ganhassem na loteria, o GRÁFICO 44 aponta que as principais respostas estão relacionadas à melhoria das condições de vida da família.

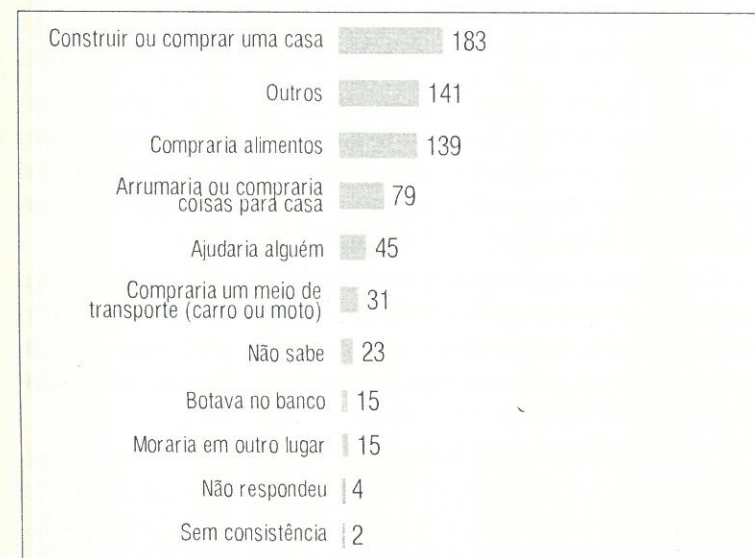


GRÁFICO 44 – NÚMERO DE MULHERES POR ATITUDE AO GANHAR NA LOTERIA

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, onde foram entrevistadas 677 mulheres de 83 municípios do Estado do Ceará.

Não se encontram indicações no cuidado de si, na preocupação com a própria pessoa-mulher. As respostas se voltam para o atendimento de necessidades da família, principalmente das necessidades imediatas, como as questões da habitação e da alimentação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de conhecer e construir um perfil que possa contemplar um quadro ampliado de características e informações sobre a mulher rural, busca-se reunir o mais variado número de informações sobre a mulher rural. A amplitude e complexidade desses dados são o nosso maior desafio na busca de uma análise que possa construir um elo e garantir um maior aprofundamento e esclarecimento.

Chamamos atenção para as próximas pesquisas sobre a necessidade de uma análise que considere a questão geracional, levando-se em consideração o significativo número de mulheres acima de 50 anos, que já se aponta nessa pesquisa.

Um outro elemento que deve ser enunciado nessa pesquisa se refere à visibilização e análise dos dados minoritários encontrados, que podem estar a indicar para a emergência de novos comportamentos e a ruptura de padrões tradicionais esperados para a mulher.

Os dados majoritários embora pareçam apontar para a premissa de que a identidade da mulher se realiza com o casamento e a maternidade, que se configuram e se materializam basicamente no espaço doméstico, na casa, são limitados na sua análise.

O pensamento sociológico fundamenta-se tradicionalmente na busca e interpretação de fenômenos sociais, baseado em dados macrosociais, em referenciais gerais, universais, dominantes, voltados para determinar e explicar a vida social. Nesse sentido, desqualifica e até desconhece a possibilidade analítica de dados que se encontram na periferia estatística, que representam minorias.

Mas, é possível extrair dos dados estatísticos, uma análise do que está a emergir, do que ainda é incipiente, a partir das pequenas flutuações estatísticas?

É possível desenhar-se outra cartografia para a mulher? É possível realizar um desenho cartográfico que acompanhe

deslocamentos, mudanças, desconstrução de mundos e formação de novos mundos? É possível encontrar-se outros espaços onde a mulher esteja a criar conexões, a construir novas subjetivações?

É possível identificar zonas de transformação nos espaços sociais à partir da análise de dados que apontam para a existência de minorias, de diferenças, excluídas da análise inscrita numa lógica de regularidades, de repetições, de universalidades de comportamentos?

O filósofo Gabriel Tarde citado por Themudo (2000, p. 165), afirma que sim, quando diz:

Aquilo que sempre interessou à sociologia foram as zonas estacionárias dos gráficos estatísticos. São sempre os 80% que importam, sendo os 20% restantes analisados como flutuações esporádicas, restos não relevantes. Serão, ao contrário, justamente estas pequenas flutuações nos gráficos que irão interessar a Gabriel Tarde. Para ele, são nestas *pontas de gráfico* que se situa o campo dos movimentos moleculares do social; produção de uma nova invenção, de uma nova expressão, por exemplo, que mudou hábitos lingüísticos de toda uma região, ou ainda, de uma nova idéia responsável pela transformação das representações dominantes de uma universidade. As zonas de variação possibilitam sempre a cartografia parcial de novas singularidades a eclodir, zonas de surgimento de novas séries imitativas, região ainda virtual das mudanças futuras.

Ora, quando a pesquisa em análise demonstra que:

- 37,5% das mulheres realizam alguma atividade para gerar renda;
- 23,4% das mulheres mantêm uma relação empregatícia e recebem um salário fixo mensal;

- 24,7% das mulheres pagam renda ao proprietário da terra;
- 9,5% vendem a sua força de trabalho ao proprietário da terra;
- 4% das mulheres já participaram de algum plano de emergência;
- 9% das mulheres trabalham no roçado familiar;
- 11,4% consideram como ocupação principal o trabalho da roça;
- 7,1% moram somente com os filhos;
- 3,5% já fizeram empréstimo em banco;
- 16,2% têm conhecimento de projetos na comunidade;
- 18,2% conhecem alguma organização de mulheres na comunidade;
- 25,6% participam de algum tipo de organização;
- 9,6% se sentem desvalorizadas pela família;
- 12% se sentem desvalorizadas no trabalho;
- 26,4% se sentem mais ou menos felizes na vida;
- 25,7% possuem alguns amigos e
- 25,7% não se sentem pessoas livres,

há que se considerar o pensamento de Gabriel Tarde. Esses dados minoritários podem sinalizar para a emergência de acontecimentos, de transformações no campo social, de novas dinâmicas que estão a afetar mulheres e a indicar novas significações e sociabilidades.

Esses dados reúnem um campo de vontades individuais, que apontam para rupturas nas interpretações correntes e nos modelos culturalmente esperados para configurar a identidade da mulher rural. Encontram-se nesses dados, mulheres chefes de família, mulheres que buscam produzir rendimentos econômicos para a sobrevivência da família, mulheres que tomam decisões no mundo público, que exercitam relações financeiras.

Não é possível desconsiderar essas mulheres que ousam romper com um modelo de mulher-esposa-mãe-dona-de-casa, porque, essas mulheres estão a desconstruir e a produzir novas significações para o gênero feminino.

São mulheres que estão adentrando nos espaços “ditos masculinos” e potencializando a invenção de novas sociabilidades na vida doméstica, amorosa e profissional.

Somente uma proposta de pesquisa que reúna instrumentos quantitativos e qualitativos pode, com mais propriedade, realizar uma análise da produção de singularidades a partir dos dados minoritários. O que podemos realizar neste caso, é apontar possibilidades de enunciação.

Pode-se indicar que as estatísticas minoritárias indicadas anteriormente, apontam para uma minoria de mulheres, que quer se desfazer de sistemas normativos que buscam modelizar, domesticar a mulher.

Esses dados são referenciais importantes para demonstrar que sendo os modelos uma construção cultural, são passíveis de mudanças. Essas mulheres estão a construir uma outra lógica onde novas subjetivações estão sendo construídas. As mulheres rurais estão exercitando novas singularidades que rompem com a tênue teia que separa o mundo público do mundo privado.

Na lógica de Gabriel Tarde, enxergar nas estatísticas minoritárias, movimentos de potenciação, fluxos dinâmicos para a vida social, são possibilidades de descobrir espaços de estimulação e de criação de uma nova mulher. São estatísticas que nos fazem refletir sobre um diferencial que guarda potência e pode ser trabalhado pelas organizações de mulheres e de trabalhadores rurais.

São essas mulheres que estão nas “pontas dos gráficos” que fazem a diferença. Podem representar uma resistência ao modelo dominante e criar conexões entre mulheres e homens para comporem novos comportamentos, seja no mundo doméstico, seja no mundo público.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 289-309.

_____. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 3/94, 1994. p. 17-32.

CEBOTAREV, Eleonora. *Mujer rural y desarrollo: nuevo enfoque de la Educación del hogar en América Latina*. Bogotá: CIID, 1979.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da & STOLCKE, Verena. *A Questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: VOZES, 1993. 327p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 164p.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Conflitos no feminino: trajetórias políticas de mulheres no campo*. Fortaleza: Curso de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, 1995. 164p. (Dissertação de Mestrado)

SARTI, Cynthia Andersen. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas/S. P. : Editora Autores Associados, 1996. 128p.

THEMUDO, Tiago Seixas. Por uma sociologia do intensivo. In: LINS, Daniel., et al. *Nietzsche e Deleuze: intensidade e paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 163-177.

ANEXOS

TABELA 1
RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS POR
NÚMERO DE MULHERES

Municípios pesquisados	Número de mulheres	%
Acarape	3	0,4
Acopiara	22	3,2
Apuiarés	2	0,3
Arneiros	4	0,6
Banabuiú	4	0,6
Campos Sales	4	0,6
Canindé	17	2,5
Capistrano	10	1,5
Caridade	4	0,6
Cariré	2	0,3
Cariús	5	0,7
Carnaubal	7	1,0
Catarina	1	0,1
Chaval	1	0,1
Chorozinho	8	1,2
Crateús	11	1,6
Crato	22	3,2
Dep. Irapuan Pinheiro	4	0,6
Farias Brito	6	0,9
Forquilha	2	0,3
Flecheirinha	6	0,9
Granjeiro	5	0,7
Granja	13	1,9
Hidrolândia	1	0,1
Ibaretama	7	1,0
Icó	11	1,6
Independência	10	1,5
Ipaumirin	2	0,3
Ipueiras	2	0,3

Cont.

Iracema	15	2,2
Irauçuba	4	0,6
Itapagé	2	0,3
Itapiuna	4	0,6
Itatira	2	0,3
Jaguaruana	27	4,0
Jati	5	0,7
Lavras da Mangabeira	7	1,0
Madalena	2	0,3
Maracanaú	2	0,3
Marco	2	0,3
Marlinópolis	3	0,4
Massapê	4	0,6
Mauriti	8	1,2
Milha	3	0,4
Miraima	4	0,6
Missão Velha	4	0,6
Mombaça	10	1,5
Monsenhor Tabosa	4	0,6
Nova Russas	7	1,0
Novo Oriente	18	2,4
Orós	3	0,4
Pacajús	2	0,3
Palhano	4	0,6
Paracurú	3	0,4
Paraipaba	37	5,5
Parambú	6	0,9
Penaforte	3	0,4
Pentecoste	8	1,2
Piquet Carneiro	6	0,9
São Gonçalo do Amarante	10	1,5
São Luiz do Curú	2	0,3
Sallite	11	1,6
Santa Quitéria	16	2,4

Cont.

Santana do Acaraú	4	0,6
Senador Pompeu	1	0,1
Tabuleiro do Norte	8	1,2
Tamboril	7	1,0
Tarrafas	7	1,0
Tauá	10	1,5
Tejuçuoca	4	0,6
Trairi	54	8,0
Uruburetama	4	0,6
Uruoca	1	0,1
Varjota	4	0,6
Várzea Alegre	4	0,6
Viçosa do Ceará	58	8,6
Milagres	2	0,3
Alcântara	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 2
NÚMERO DE MULHERES POR FILHOS VIVOS

Filhos vivos	Número de mulheres	%
Sim	609	90,0
Não	67	9,9
Não respondeu	17	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 3
NÚMERO DE MULHERES POR HORAS TRABALHADAS
NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Horas trabalhadas nos serviços domésticos	Número de mulheres	%
Menos de 3 horas	83	12,3
De 4 a 6 horas	178	26,3
De 7 a 9 horas	163	24,1
De 10 a 12 horas	97	14,3
Mais de 12 horas	147	21,7
Não sabe	4	0,6
Não respondeu	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 4
PRINCIPAL ATIVIDADE QUE REALIZA PARA GANHAR DINHEIRO
POR NÚMERO DE MULHERES

Principal atividade que realiza para ganhar dinheiro	Número de mulheres	%
Atividades domésticas	38	5,6
Costuras em geral (bordados, crochê, etc)	64	9,5
Artesanatos (redes, chapéus)	32	4,7
Atividades agrícolas	27	4,0
Outras	96	14,2
Não respondeu	6	0,9
Não se aplica	414	61,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 5
FONTE PAGADORA DO SALÁRIO FIXO RECEBIDO
POR NÚMERO DE MULHERES

Fonte pagadora do salário fixo recebido	Número de mulheres	%
Prefeitura	44	6,5
Governo	44	6,5
Aposentadoria	26	3,8
Outros	32	4,7
Não sabe	7	1,0
Não respondeu	4	0,6
Não se aplica	518	76,5
Sem consistência	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 6
ÁREA DE TREINAMENTO POR NÚMERO DE MULHERES

Área do treinamento	Número de mulheres	%
Ligado à área de saúde	19	2,8
Ligado à área de ensino	35	5,2
Outros	49	7,2
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	3	0,4
Não se aplica	567	83,8
Sem consistência	3	0,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 7
AFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE SANTO DE DEVOÇÃO POR
NÚMERO DE MULHERES

Afirmação de santo de devoção	Número de mulheres	%
Tem	624	92,2
Não tem	51	7,5
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 8
SANTO DE DEVOÇÃO DAS MULHERES POR NÚMERO
DE MULHERES

Santo de devoção	Número de mulheres	%
São Francisco	308	45,5
Padre Cícero	57	8,4
Nossa Senhora	128	18,9
São José	23	3,4
Outros	109	16,1
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	1	0,1
Não se aplica	50	7,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 9
FREQUÊNCIA DO NÚMERO DE PROMESSAS POR
NÚMERO DE MULHERES

Frequência do número de promessas	Número de mulheres	%
Sim	566	83,6
Não	105	15,5
Não sabe	1	1,0
Não respondeu	3	0,4
Não se aplica	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 10
NÚMERO DE MULHERES POR LOCAL DA PROMESSA

Local da promessa	Número de mulheres	%
Não se aplica	108	16,0
Em casa	333	49,2
Na cidade de Canindé	53	7,8
No local (localidade, distrito)	100	14,8
Na cidade sede do município	16	2,4
Outros	56	8,3
Não respondeu	10	1,5
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 11

NOME DO SANTO QUE AS MULHERES FIZERAM PROMESSA POR NÚMERO DE MULHERES

Nome do santo	Número de mulheres	%
São Francisco	348	51,4
Padre Cícero	54	8,0
Nossa Senhora	78	11,5
Santa Luzia	9	1,3
Outros	75	11,1
Não respondeu	5	0,7
Não se aplica	108	16,0
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 12

FREQÜÊNCIA DO ALCANCE DA GRAÇA POR NÚMERO DE MULHERES

Alcance da graça	Número de mulheres	%
Sim	538	79,5
Não	26	3,8
Não respondeu	6	0,9
Não se aplica	107	15,8
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 13

NOME DO PADROEIRO DO MUNICÍPIO POR NÚMERO DE MULHERES

Nome do padroeiro do município	Número de mulheres	%
São Francisco	70	10,3
Nossa Senhora	278	41,1
Santa Quitéria	11	1,6
São Gonçalo	4	0,6
Não tem	1	0,1
Outros	204	30,1
Não sabe	83	12,3
Não respondeu	25	3,7
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 14

OPINIÃO SOBRE O PECADO POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre o pecado	Número de mulheres	%
Existe	662	97,9
Não existe	6	0,9
Não sabe	9	1,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 15

OPINIÃO SOBRE O INFERNO POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre o inferno	Número de mulheres	%
Concorda que existe inferno	494	72,9
Não concorda que existe inferno	66	9,8
Nenhuma das opiniões	14	2,1
Outra opinião	37	5,5
Não sabe	66	9,8
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 16
OPINIÃO SOBRE O CÉU POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre o céu	Número de mulheres	%
Existe	660	97,5
Não existe	5	0,7
Ilusão	2	0,3
Não respondeu	1	0,1
Não sabe	9	1,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 17
ATIVIDADES QUE A MULHER MAIS GOSTA DE FAZER FORA DE CASA POR NÚMERO DE MULHERES

Atividades que mais gosta de fazer fora de casa	Número de mulheres	%
Ajudar outras pessoas	33	4,9
Visitar famílias e/ou amigos	59	8,7
Trabalhar na roça	64	9,5
Passear	64	9,5
Conversar	97	14,3
Atividades domésticas	71	10,5
Nada	72	10,6
Outros	169	25,0
Não sabe	16	2,4
Não respondeu	29	4,4
Não se aplica	1	0,1
Sem consistência	2	0,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 18
ATIVIDADES QUE A MULHER MAIS GOSTA DE FAZER EM CASA POR NÚMERO DE MULHERES

Atividades que mais gosta de fazer em casa	Número de mulheres	%
Lavar roupa	67	9,9
Cozinhar	155	22,9
Limpar a casa (arrumar)	265	39,1
Costurar	26	3,8
Cuidar dos filhos	43	6,4
De tudo	26	3,8
Outros	91	13,4
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	1	0,1
Não se aplica	1	0,1
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 19
INCOMODA CASAR FILHO(A) COM PESSOA DE COR NEGRA POR NÚMERO DE MULHERES

É incômodo casar filho(a) com pessoa de cor negra	Número de mulheres	%
Sim	63	9,3
Não	610	90,1
Não sabe	4	0,6
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 20
INCOMODA CASAR FILHO(A) COM PESSOA DE COR MULATA
POR NÚMERO DE MULHERES

É incômodo casar filho(a) com pessoa de cor mulata	Número de mulheres	%
Sim	32	4,7
Não	638	94,2
Não sabe	6	0,9
Não se aplica	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 21
UTILIZAÇÃO DO DINHEIRO DA MULHER POR ELA
POR NÚMERO DE MULHERES

Utilização do dinheiro da mulher	Número de mulheres	%
Compra alimentos	82	12,1
Coisas para casa	39	5,8
Objetos de uso pessoal	11	1,6
Mantém a casa	8	1,2
Outros	19	2,8
Não respondeu	28	4,1
Não se aplica	490	72,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 22
CONHECIMENTO DE ALGUM PLANO DE EMERGÊNCIA NO
MUNICÍPIO POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento de plano de emergência	Número de mulheres	%
Sim	560	82,7
Não	102	15,1
Não sabe	14	2,1
Não respondeu	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 23
PARTICIPAÇÃO EM ALGUM PLANO DE EMERGÊNCIA POR
NÚMERO DE MULHERES

Participação em algum plano de emergência	Número de mulheres	%
Sim	27	4,0
Não	550	81,2
Não respondeu	37	5,5
Não se aplica	62	9,2
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 24
MOTIVOS DA NÃO PARTICIPAÇÃO NOS PLANOS DE EMERGÊNCIA
POR NÚMERO DE MULHERES

Motivos na não participação nos planos de emergência	Número de mulheres	%
Não emprega mulheres	188	27,8
Já tem alguém da família	34	5,0
Não tem tempo	23	3,4
Não tem oportunidade	97	14,3
Não quer	11	1,6
Outros	170	25,1
Não sabe	7	1,0
Não respondeu	58	8,6
Não se aplica	87	12,9
Sem consistência	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 25
MOTIVO DA MIGRAÇÃO DO MEMBRO DA FAMÍLIA
POR NÚMERO DE MULHERES

Motivo da migração	Número de mulheres	%
Procurar emprego	67	9,9
Empregada doméstica	34	5,0
Trabalhar	167	24,7
Construção civil	13	1,9
Outros	10	1,5
Não sabe	12	1,8
Não respondeu	6	0,9
Não se aplica	368	54,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 26
TIPO DE COBERTURA DA HABITAÇÃO POR
NÚMERO DE MULHERES

Tipo de cobertura da habitação	Número de mulheres	%
Telha	653	96,5
Palha	16	2,4
Outras	6	0,9
Não respondeu	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 27
ORIGEM DA ÁGUA CONSUMIDA POR NÚMERO DE MULHERES

Origem da água consumida	Número de mulheres	%
Encanada	58	8,6
Cacimba	164	24,2
Cacimbão	220	32,5
Açude	82	12,1
Rio	40	5,9
Outras	112	16,5
Não respondeu	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 28
DESTINO DOS DEJETOS DA FAMÍLIA POR NÚMERO DE MULHERES

Destino dos dejetos	Número de mulheres	%
Mato	416	61,4
Fossa	67	9,9
Banheiro	131	19,4
Buraco no chão	34	5,0
Outros	27	4,0
Não respondeu	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 29
TIPO DE ILUMINAÇÃO DA HABITAÇÃO POR NÚMERO DE MULHERES

Tipo de iluminação da habitação	Número de mulheres	%
Elétrica	221	32,6
Lampião	23	3,4
Lamparina	426	62,9
Outros	4	0,6
Não respondeu	3	0,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 30
RELAÇÕES DE TRABALHO EM RELAÇÃO À TERRA QUE EXPLO-
RA POR NÚMERO DE MULHERES

Relações de trabalho em relação à terra	Número de mulheres	%
Arrendalária	71	10,5
Parceira	73	10,8
Posseira	59	8,7
Outras	185	27,3
Não sabe	15	2,2
Não se aplica	231	34,1
Não respondeu	43	6,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 31
EXISTÊNCIA DE PAGAMENTO DA RENDA DA TERRA QUE EXPLO-
RA POR NÚMERO DE MULHERES

Pagamento de renda da terra	Número de mulheres	%
Sim	167	24,7
Não	250	36,9
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	259	38,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 32
LOCAL DE VENDA DA PRODUÇÃO POR NÚMERO DE MULHERES

Local de venda da produção	Número de mulheres	%
Em casa	18	2,7
Na própria localidade	44	6,5
Na cidade	22	3,2
Em outras cidades	18	2,7
Outros	6	0,9
Não se aplica	506	74,7
Sem consistência	2	0,3
Não respondeu	61	9,0
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 33
PARA QUEM FOI VENDIDA A PRODUÇÃO
POR NÚMERO DE MULHERES

Para quem foi vendida a produção	Número de mulheres	%
Pessoas da comunidade	46	6,8
Comerciantes	22	3,2
Atravessador	9	1,3
Outros	30	4,4
Não respondeu	65	9,6
Não se aplica	505	74,6
Não respondeu	61	9,0
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 34
REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO COM BANCO
POR NÚMERO DE MULHERES

Realização de empréstimo com banco	Número de mulheres	%
Sim	24	3,5
Não	638	94,2
Não respondeu	12	1,8
Não se aplica	2	0,3
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 35
MOTIVOS DA NÃO REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO COM BANCO
POR NÚMERO DE MULHERES

Motivos da não realização de empréstimo com banco	Número de mulheres	%
Medo de não poder pagar	118	17,4
Não tem condições	209	30,9
Não houve necessidade	57	8,4
Falta de oportunidade	23	3,4
Falta de interesse	50	7,4
Outros	95	14,0
Não respondeu	61	9,0
Não se aplica	60	8,9
Não sabe	4	0,6
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 36
TAREFAS DOMÉSTICAS DOS FILHOS HOMENS POR
NÚMERO DE MULHERES

Tarefas domésticas dos filhos homens	Número de mulheres	%
Pega água	121	17,9
Pega lenha	39	5,8
Atividades domésticas	17	2,5
Não faz nada	56	8,3
Outros	50	7,4
Não respondeu	248	36,6
Não se aplica	146	21,6
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 37
TAREFAS DOMÉSTICAS DAS FILHAS POR
NÚMERO DE MULHERES

Tarefas domésticas das filhas	Número de mulheres	%
Atividades domésticas	232	34,3
Pega água	25	3,7
Não ajuda	25	3,7
Cuida dos irmãos	11	1,6
Outros	18	2,7
Não respondeu	228	33,7
Sem consistência	1	0,1
Não se aplica	137	20,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 38
POSSUI PODER PARA TOMAR DECISÕES
POR NÚMERO DE MULHERES

Possui poder para tomar decisões	Número de mulheres	%
Sim	351	51,8
Depende	68	10,0
Não	244	36,0
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	9	1,3
Não se aplica	4	0,6
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 39
QUEM TEM PODER PARA TOMAR DECISÕES SOBRE A MULHER
POR NÚMERO DE MULHERES

Quem tem poder para tomar decisões	Número de mulheres	%
Pai	9	1,3
Mãe	15	2,2
Marido	196	29,0
Irmão	5	0,7
Filhos	9	1,3
Namorado	1	0,1
Outros	9	1,3
Não respondeu	21	3,1
Não se aplica	412	60,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 40
OPINIÃO SOBRE A BOA SITUAÇÃO DE SAÚDE DA MULHER POR
NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre a boa situação de saúde da mulher	Número de mulheres	%
Sim	291	42,9
Mais ou menos	156	23,1
Não	227	33,6
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	2	0,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 41
NÚMERO DE MULHERES QUE REALIZARAM EXAME
DE PREVENÇÃO DE CÂNCER

Exame de prevenção de câncer	Número de mulheres	%
Sim	243	35,9
Não	434	64,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 42
NÚMERO DE MULHERES POR ACOMPANHAMENTO
MÉDICO NA GRAVIDEZ

Acompanhamento médico na gravidez	Número de mulheres	%
Todos os filhos	225	33,3
Só de alguns filhos	147	21,7
Nenhum filho	238	35,1
Não respondeu	10	1,5
Sem consistência	2	0,3
Não se aplica	55	8,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 43
EXISTÊNCIA DE VACINAÇÃO PARA MULHERES GRÁVIDAS
NA COMUNIDADE POR NÚMERO DE MULHERES

Existência de vacinação para mulheres grávidas	Número de mulheres	%
Sim	459	67,7
Não	185	27,4
Não sabe	32	4,7
Não respondeu	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 44
TIPO DE TRATAMENTO DA ÁGUA CONSUMIDA NA CASA POR
NÚMERO DE MULHERES

Tipo de tratamento da água consumida	Número de mulheres	%
Filtrada	202	29,9
Fervida	14	2,1
Natural	335	49,3
Filtrada e fervida	10	1,5
Outro	116	17,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 45
UTILIZAÇÃO DA MEDICINA CASEIRA POR NÚMERO DE MULHERES

Utilização da medicina caseira	Número de mulheres	%
Sim	513	75,7
Às vezes	74	11,0
Não	86	12,8
Não respondeu	3	0,4
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 46
UTILIZAÇÃO DA VACINAÇÃO NOS FILHOS POR NÚMERO
DE MULHERES

Utilização da vacinação nos filhos	Número de mulheres	%
Sempre	517	76,3
Às vezes	22	3,3
Raramente	9	1,3
Nunca	52	7,7
Não respondeu	18	2,7
Sem consistência	1	0,1
Não se aplica	58	8,6
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 47
AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO MÉDICO MUNICIPAL
POR NÚMERO DE MULHERES

Avaliação sobre o atendimento médico municipal	Número de mulheres	%
Ótimo	59	8,7
Bom	297	43,7
Regular	189	28,0
Ruim	72	10,7
Péssimo	28	4,1
Não sabe	28	4,1
Não respondeu	3	0,4
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 48

AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO À MULHER NO HOSPITAL MUNICIPAL POR NÚMERO DE MULHERES

Avaliação do atendimento à mulher no Hospital Municipal	Número de mulheres	%
Ótimo	60	8,9
Bom	299	44,1
Regular	159	23,5
Ruim	56	8,3
Péssimo	34	5,0
Não tem serviço de atendimento	5	0,7
Não sabe	58	8,6
Não respondeu	6	0,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 49

EXISTÊNCIA DE CURANDEIRO NA COMUNIDADE POR NÚMERO DE MULHERES

Existência de Curandeiro na comunidade	Número de mulheres	%
Sim	180	26,5
Não	429	63,5
Não sabe	61	9,0
Não respondeu	6	0,9
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 50

CRENÇA NA CURA ATRAVÉS DO CURANDEIRO POR NÚMERO DE MULHERES

Crença na cura através do curandeiro	Número de mulheres	%
Sim	223	32,8
Não	349	51,6
Não sabe	89	13,2
Não respondeu	14	2,1
Sem consistência	2	0,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 51

EXISTÊNCIA DE REZADEIRA NA COMUNIDADE POR NÚMERO DE MULHERES

Existência de rezadeira na comunidade	Número de mulheres	%
Sim	532	78,6
Não	137	20,3
Não sabe	6	0,9
Não respondeu	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 52

CRENÇA NA CURA ATRAVÉS DA REZADEIRA POR NÚMERO DE MULHERES

Crença na cura através da rezadeira	Número de mulheres	%
Sim	569	84,0
Não	91	13,5
Não sabe	13	1,9
Não respondeu	3	0,4
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 53

CONHECIMENTO SOBRE O SIGNIFICADO DE DESEJO SEXUAL
POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento sobre desejo sexual	Número de mulheres	%
Sim	284	41,9
Mais ou menos	66	9,7
Não	321	47,4
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 54

FREQÜÊNCIA AO SENTIR DESEJO SEXUAL POR NÚMERO
DE MULHERES

Freqüência ao sentir desejo sexual	Número de mulheres	%
Freqüentemente	143	21,1
Raramente	317	46,8
Nunca	181	26,7
Não sabe	2	0,3
Não respondeu	34	5,0
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 55

CONHECIMENTO DO SIGNIFICADO DE GOZO SEXUAL POR
NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento do significado de gozo sexual	Número de mulheres	%
Sim	272	40,2
Mais ou menos	56	8,3
Não	334	49,3
Não respondeu	15	2,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 56

FREQÜÊNCIA AO SENTIR PRAZER NAS RELAÇÕES SEXUAIS
POR NÚMERO DE MULHERES

Freqüência ao sentir prazer nas relações sexuais	Número de mulheres	%
Sempre	258	38,1
Freqüentemente	77	11,4
Raramente	226	33,4
Nunca	76	11,2
Não respondeu	25	3,7
Não se aplica	14	2,1
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 57

OPINIÃO SOBRE A POSTURA DA MULHER QUE NÃO SENTE PRAZER
SEXUAL POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre a postura da mulher que não sente prazer sexual	Número de mulheres	%
Deixar o parceiro	66	9,7
Procurar um médico, pois deve estar doente	71	10,5
Não ter mais relações	34	5,0
Deve gostar mais do marido	35	5,2
Nada	94	13,8
Outros	84	12,4
Não respondeu	82	12,1
Não sabe	210	31,0
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 58
OPINIÃO SOBRE CARÍCIAS NAS RELAÇÕES SEXUAIS POR
NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre carícias nas relações sexuais	Número de mulheres	%
Ajuda no prazer	531	78,4
Tanto faz	60	8,9
Não ajuda em nada	37	5,4
Não sabe	34	5,0
Não respondeu	15	2,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 59
EXISTÊNCIA DE CARÍCIAS PELO COMPANHEIRO POR
NÚMERO DE MULHERES

Existência de carícias pelo companheiro	Número de mulheres	%
Sim	424	62,6
Às vezes	144	21,3
Nunca	76	11,2
Não respondeu	19	2,8
Não se aplica	14	2,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 60
REALIZAÇÃO DE CARÍCIAS NO COMPANHEIRO
POR NÚMERO DE MULHERES

Realização de carícias no companheiro	Número de mulheres	%
Sim	367	54,2
Às vezes	169	25,0
Nunca	105	15,5
Não respondeu	24	3,5
Não se aplica	12	1,8
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 61
PROCURA O MARIDO PARA TER RELAÇÕES SEXUAIS
POR NÚMERO DE MULHERES

Procura o marido para ter relações sexuais	Número de mulheres	%
Sim	214	31,6
Não	424	62,6
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	15	2,2
Não se aplica	23	3,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 62
OPINIÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DA MULHER QUE SENTE
PRAZER ENGRAVIDAR COM MAIS FREQUÊNCIA POR NÚMERO
DE MULHERES

Opinião sobre a relação entre prazer sexual e aumento da possibilidade de gravidez	Número de mulheres	%
Sim	429	63,4
Não	63	9,3
Depende	18	2,7
Não sabe	154	22,7
Não respondeu	13	1,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 63
PESSOAS COM QUEM COSTUMA CONVERSAR SOBRE
SEXO POR NÚMERO DE MULHERES

Pessoas com quem costuma conversar sobre sexo	Número de mulheres	%
Com outras mulheres	79	11,7
Com o marido	36	5,3
Agente de saúde	3	0,4
Outros	8	1,2
Não respondeu	7	1,0
Não se aplica	544	80,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 64
OPINIÃO SOBRE O CASAMENTO PARA A MULHER
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre o casamento para a mulher	Número de mulheres	%
É bom se houver bons sentimentos na união	110	16,2
É bom ter o marido da gente	31	4,6
Trazer segurança para a mulher	51	7,5
É algo bom	234	34,6
Não acha bom	47	6,9
Outros	169	25,0
Não sabe	21	3,1
Não respondeu	12	1,8
Sem consistência	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 65
OPINIÃO SOBRE QUAL O SEXO MAIS FIEL POR
NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre qual o sexo mais fiel	Número de mulheres	%
Homem	26	3,8
Mulher	441	65,1
Igual	185	27,3
Não sabe	20	3,0
Não respondeu	4	0,6
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 66
OPINIÃO SOBRE RELAÇÕES SEXUAIS ANTES DO CASAMENTO
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre relações sexuais antes do casamento	Número de mulheres	%
Concorda	114	16,8
Tem dúvidas	35	5,2
Não concorda	510	75,3
Não sabe	13	1,9
Não respondeu	4	0,6
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 67

OPINIÃO SOBRE A CONDUTA DA MULHER EM CASO DE GRAVIDEZ INDESEJADA POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre gravidez indesejada	Número de mulheres	%
Abortar	29	4,3
Manter a gravidez	629	92,9
Não sabe	13	1,9
Não respondeu	6	0,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 68

MOTIVOS PARA EXPLICAR A MANUTENÇÃO DA GRAVIDEZ INDESEJADA POR NÚMERO DE MULHERES

Motivos para manter a gravidez indesejada	Número de mulheres	%
O aborto é crime	80	11,8
É um pecado	67	9,9
Tem que assumir	144	21,3
A criança não tem culpa	68	10,0
Deveria prevenir-se	35	5,2
Causa problemas	22	3,2
Melhor do que abortar	40	5,9
Outros	134	19,8
Não sabe	4	0,6
Não respondeu	38	5,6
Sem consistência	2	0,3
Não se aplica	43	6,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 69

REALIZAÇÃO DE ABORTO POR NÚMERO DE MULHERES

Realização de aborto	Número de mulheres	%
Sim	49	7,2
Não	614	90,7
Não respondeu	11	1,6
Não se aplica	3	0,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 70

SOBRE SE A MULHER EVITA OU JÁ EVITOU FILHOS POR NÚMERO DE MULHERES

Sobre se a mulher evita ou já evitou filhos	Número de mulheres	%
Sempre	206	30,4
Freqüentemente	62	9,2
Raramente	84	12,4
Nunca	298	44,0
Não respondeu	18	2,7
Sem consistência	2	0,3
Não se aplica	7	1,0
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 71
PESSOA QUE DECIDE SOBRE O NÚMERO DE FILHOS
POR NÚMERO DE MULHERES

Pessoa que decide sobre o número de filhos	Número de mulheres	%
Homem	18	2,7
Mulher	51	7,5
Casal	209	30,9
Deus	357	52,7
Nenhum	10	1,5
Não respondeu	13	1,9
Não sabe	14	2,1
Não se aplica	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 72
OPINIÃO DA MULHER SOBRE LIGAÇÃO DE TROMPAS
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião da mulher sobre ligação de trompas	Número de mulheres	%
Concorda	372	54,9
Não concorda	182	26,9
Depende	80	11,8
Não respondeu	7	1,0
Não sabe	36	5,3
Não se aplica	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 73
PORQUE CONCORDA COM A LIGAÇÃO DE TROMPAS
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião da mulher sobre ligação de trompas	Número de mulheres	%
Melhor do que ter filhos sem ter condições de criá-los	129	19,1
Evitar a gravidez	74	10,9
Melhor que aborto	12	1,8
Não quer ter filhos e/ou gravidez traz riscos para a mãe	35	5,2
Outros	98	14,5
Não sabe	4	0,6
Não respondeu	22	3,2
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 74
REALIZAÇÃO DE LIGAÇÃO DE TROMPAS POR NÚMERO
DE MULHERES

Realização de ligação de trompas	Número de mulheres	%
Sim	136	20,1
Não	525	77,5
Não respondeu	16	2,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 75
CONHECIMENTO SOBRE VASECTOMIA POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento sobre vasectomia	Número de mulheres	%
Sim	30	4,4
Não	639	94,4
Não sabe	2	0,2
Não respondeu	6	0,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 76
CONHECIMENTO SOBRE MASTURBAÇÃO POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento sobre masturbação	Número de mulheres	%
Sim	59	8,7
Mais ou menos	15	2,2
Não	594	87,7
Não respondeu	9	1,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 77
OPINIÃO SOBRE ADULTÉRIO FEMININO POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre adultério feminino	Número de mulheres	%
Normal	59	8,7
Mais ou menos	15	2,2
Não	594	87,7
Não respondeu	9	1,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 78
OPINIÃO SOBRE ADULTÉRIO MASCULINO POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre adultério masculino	Número de mulheres	%
Normal	16	2,4
Concorda	10	1,5
Não concorda	642	94,8
Depende	7	1,0
Não respondeu	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 79
OPINIÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NA COMUNIDADE POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre a participação de mulheres nas organizações de mulheres na comunidade	Número de mulheres	%
Traz resultados positivos para a vida da mulher	413	61,0
Não vê bem os resultados	33	4,9
Não traz resultados	33	4,9
Prejudica a mulher	26	3,8
Não sabe	101	14,9
Não respondeu	70	10,3
Não se aplica	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 80
CONHECIMENTO DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NA COMUNIDADE POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento de alguma organização de mulheres na comunidade	Número de mulheres	%
Sim	123	18,2
Não	539	79,6
Não sabe	15	2,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 81

CONHECIMENTO SOBRE ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NO MUNICÍPIO POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento sobre alguma organização de mulheres no município	Número de mulheres	%
Sim	46	6,8
Não	622	91,9
Não sabe	2	0,3
Não respondeu	2	0,3
Não se aplica	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 82

CONHECIMENTO SOBRE ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NO ESTADO POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento sobre alguma organização de mulheres no Estado	Número de mulheres	%
Sim	18	2,5
Não	641	94,7
Não respondeu	5	0,7
Não se aplica	12	1,8
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 83

CONHECIMENTO SOBRE ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES EM NÍVEL NACIONAL POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento sobre alguma organização de mulheres em nível nacional	Número de mulheres	%
Sim	5	0,7
Não	660	97,5
Não respondeu	6	0,9
Não se aplica	6	0,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 84

CONHECIMENTO SOBRE O SIGNIFICADO DE CIDADANIA POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento sobre o significado de cidadania	Número de mulheres	%
Sim	40	5,9
Não	634	93,6
Não lembra	1	0,1
Não respondeu	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 85

EXPLICAÇÃO PORQUE NÃO CONHECE O SIGNIFICADO DE CIDADANIA POR NÚMERO DE MULHERES

Explicação porque não conhece o significado de cidadania	Número de mulheres	%
Não se aplica	49	7,2
Nunca ouviu falar	62	9,2
Falta esclarecimento	34	5,0
Outros	33	4,9
Não sabe	19	2,8
Não respondeu	480	70,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 86

OPINIÃO SOBRE SE A MULHER SE CONSIDERA CIDADÃ
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre se a mulher se considera cidadã	Número de mulheres	%
Sim	452	66,8
Não	170	25,1
Não sabe	20	3,0
Não respondeu	33	4,9
Não se aplica	1	0,1
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 87

OPINIÃO SOBRE SE CONSIDERA QUE TEM DEVERES PARA COM
A SOCIEDADE POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre se considera com deveres para com a sociedade	Número de mulheres	%
Sim	307	45,3
Não	235	34,7
Não sabe	129	19,1
Não respondeu	6	0,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 88

CONHECIMENTO DE ALGUM PARTIDO POLÍTICO
POR NÚMERO DE MULHERES

Conhecimento de algum partido político	Número de mulheres	%
Sim	304	44,9
Não	360	53,2
Não sabe	2	0,3
Não respondeu	10	1,5
Não se aplica	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 89

FILIAÇÃO A ALGUM PARTIDO POLÍTICO POR NÚMERO
DE MULHERES

Filiação a algum partido político	Número de mulheres	%
Sim	33	4,9
Não	338	49,9
Não respondeu	138	20,4
Não se aplica	168	24,8
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 90

MOTIVOS DA ESCOLHA DO PARTIDO POLÍTICO
POR NÚMERO DE MULHERES

Motivos da escolha do partido político	Número de mulheres	%
Tradição familiar	8	1,2
Prefeito indicou	1	0,1
Gosta do partido	10	1,5
Outros	13	1,9
Não respondeu	32	4,7
Não se aplica	613	90,5
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 91

OPINIÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre a participação da mulher na política	Número de mulheres	%
Concorda	481	71,0
Não concorda	135	19,9
Não sabe	56	8,3
Não respondeu	4	0,6
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 92

MOTIVOS DA CONCORDÂNCIA COM A PARTICIPAÇÃO
DA MULHER NA POLÍTICA POR NÚMERO DE MULHERES

Motivos da participação da mulher na política	Número de mulheres	%
Os direitos são iguais	85	12,6
Representam melhor do que os homens	23	3,4
Desempenham bem o seu papel	39	5,8
Traz benefícios para a mulher	58	8,6
Outros	209	30,9
Não sabe	29	4,3
Não respondeu	40	5,9
Não se aplica	192	28,4
Sem consistência	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 93

MOTIVOS DA NÃO CONCORDÂNCIA COM A PARTICIPAÇÃO DA
MULHER NA POLÍTICA POR NÚMERO DE MULHERES

Motivos da não participação da mulher na política	Número de mulheres	%
Política é só para homem	60	8,9
Faz muita confusão	7	1,0
A mulher é muito fraca	11	1,6
Outros	44	6,5
Não sabe	8	1,2
Não respondeu	11	1,6
Não se aplica	536	79,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 94

OPINIÃO SOBRE A UTILIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre os partidos políticos	Número de mulheres	%
Concorda mais que os partidos são inúteis	164	24,2
Concorda mais que os partidos prestam bons serviços	295	43,6
Discorda de ambas	126	18,6
Não sabe	74	10,9
Não respondeu	16	2,4
Não se aplica	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 95
PORQUE NÃO CONHECE PARTIDO POLÍTICO POR NÚMERO DE MULHERES

Porque não conhece partido político	Número de mulheres	%
Não se interessa	53	7,8
Não entende	42	6,2
Nunca ouviu falar	11	1,6
Outros	79	11,7
Não sabe	14	2,1
Não respondeu	165	24,4
Não se aplica	312	46,1
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 96
IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS MULHERES FILIADAS A PARTIDOS POLÍTICOS POR NÚMERO DE MULHERES

Identificação de outras mulheres filiadas a partidos políticos	Número de mulheres	%
Sim	185	27,3
Não	319	47,1
Não sabe	41	6,1
Não respondeu	129	19,1
Não se aplica	2	0,3
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 97
DEFINIÇÃO DE POLÍTICA POR NÚMERO DE MULHERES

Definição de política	Número de mulheres	%
É a eleição	68	10,0
É votar	50	7,4
Coisa séria	6	0,9
São os partidos	12	1,8
Outros	112	16,5
Não sabe	26	3,8
Não respondeu	29	4,3
Não se aplica	374	55,2
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 98
IDENTIFICAÇÃO DOS PARTIDOS DAS VEREADORAS POR NÚMERO DE MULHERES

Identificação dos partidos das vereadoras	Número de mulheres	%
PMDB	53	7,8
PFL	28	4,1
PSDB	22	3,2
PDS	7	1,0
Outros	11	1,6
Não sabe	115	17,0
Não respondeu	56	8,3
Não se aplica	381	56,3
Sem consistência	4	0,6
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 99
OPINIÃO SOBRE A COMPETÊNCIA DAS VEREADORAS
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre a competência das vereadoras	Número de mulheres	%
São mais competentes que os homens	175	25,8
São iguais aos homens	259	38,2
São menos competentes que os homens	132	19,5
Não sabe	92	13,6
Não respondeu	19	2,8
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 100
OPINIÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS MULHERES
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre a responsabilidade das mulheres	Número de mulheres	%
São mais responsáveis que os homens	245	36,1
São iguais aos homens	235	34,7
São menos responsáveis que os homens	132	19,5
Não sabe	56	8,3
Não respondeu	9	1,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 101
SOBRE AS ELEIÇÕES DO ANO DE 1990 PARA GOVERNADOR
POR NÚMERO DE MULHERES

Sobre as eleições no ano de 1990 para Governador	Número de mulheres	%
Votou e lembra o nome do candidato	278	41,1
Votou e não lembra o nome do candidato	151	22,3
Não votou	122	18,0
Votou em branco	1	0,1
Votou nulo	8	1,2
Outros	2	0,3
Não sabe/não se lembra	69	10,2
Não respondeu	46	6,8
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 102
IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO DO GOVERNADOR
POR NÚMERO DE MULHERES

Identificação do partido do Governador	Número de mulheres	%
PMDB	18	2,7
PSDB	41	6,1
PFL	10	1,5
PDS	4	0,6
Outros	3	0,4
Não sabe/não se lembra	230	34,0
Não respondeu	129	19,1
Não se aplica	242	35,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 103

SOBRE AS ELEIÇÕES DO ANO DE 1990 PARA DEPUTADO ESTADUAL POR NÚMERO DE MULHERES

Sobre as eleições no ano de 1990 para Deputado Estadual	Número de mulheres	%
Votou e lembra o nome do candidato	125	18,5
Votou e não lembra o nome do candidato	233	34,4
Não votou	141	20,8
Votou em branco	1	0,1
Votou nulo	6	0,9
Outros	2	0,3
Não sabe/não se lembra	102	15,1
Não respondeu	67	9,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 104

IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO DO DEPUTADO ESTADUAL POR NÚMERO DE MULHERES

Identificação do partido do Deputado Estadual	Número de mulheres	%
PMDB	17	2,5
PSDB	16	2,4
PFL	10	1,5
PDS	6	0,9
Outros	6	0,9
Não sabe	198	29,2
Não respondeu	117	17,3
Não se aplica	307	45,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 105

SOBRE AS ELEIÇÕES DO ANO DE 1990 PARA DEPUTADO FEDERAL POR NÚMERO DE MULHERES

Sobre as eleições no ano de 1990 para Deputado Federal	Número de mulheres	%
Votou e lembra o nome do candidato	73	10,8
Votou e não lembra o nome do candidato	254	37,5
Não votou	140	20,7
Votou em branco	2	0,3
Votou nulo	6	0,9
Outros	2	0,3
Não sabe/não se lembra	120	17,7
Não respondeu	80	11,8
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 106

IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO DO DEPUTADO FEDERAL POR NÚMERO DE MULHERES

Identificação do partido do Deputado Federal	Número de mulheres	%
PMDB	8	1,2
PSDB	5	0,7
PFL	7	1,0
PDS	5	0,7
Não lembra	1	0,1
Não sabe	194	28,7
Não respondeu	121	17,9
Não se aplica	335	49,5
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 107

RECONHECIMENTO DO NOME DO GOVERNADOR DO ESTADO
POR NÚMERO DE MULHERES

Reconhecimento do nome do Governador do Estado	Número de mulheres	%
Sim	367	54,2
Não	304	44,9
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	3	0,4
Não se aplica	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 108

AValiação DO GOVERNO CIRO GOMES (1991-1994)
POR NÚMERO DE MULHERES

Avaliação do Governo Ciro Gomes (1991-1994)	Número de mulheres	%
Ótimo	92	13,6
Bom	308	45,5
Regular	176	26,0
Ruim	45	6,6
Não sabe	20	3,0
Não respondeu	33	4,9
Não se aplica	3	0,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 109

OPINIÃO SOBRE A ÍNDOLE DA PESSOA DO GOVERNADOR
CIRO GOMES POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre a índole da pessoa do Governador Ciro Gomes	Número de mulheres	%
Honesto	370	54,6
Mais ou menos honesto	160	23,6
Desonesto	20	3,0
Não sabe	117	17,3
Não respondeu	10	1,5
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 110

OPINIÃO SOBRE SE O GOVERNO TASSO JEREISSATI (1º MANDATO) FEZ BOM MANDATO POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre se o Governo Tasso Jereissati (1º mandato) fez bom mandato	Número de mulheres	%
Sim	401	59,2
Mais ou menos	123	18,2
Não	52	7,7
Não sabe	95	14,0
Não respondeu	6	0,9
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 111

JUSTIFICATIVA DO BOM GOVERNO DE TASSO JEREISSATI
(1º MANDATO) POR NÚMERO DE MULHERES

Justificativa do bom governo de Tasso Jereissati (1º mandato)	Número de mulheres	%
Ajudava aos pobres	81	12,0
Fez boas coisas	71	10,5
Fez várias obras	13	1,9
Boa administração	19	2,8
O povo diz que foi	36	5,3
Trouxe benefícios para a população	28	4,1
Outros	108	16,0
Não sabe	20	3,0
Não respondeu	27	4,0
Não se aplica	272	40,2
Sem consistência	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 112

OPINIÃO SOBRE A DIMINUIÇÃO OU NÃO DA FOME E
MISÉRIA NO GOVERNO TASSO (1º MANDATO) POR NÚMERO
DE MULHERES

Opinião sobre a diminuição ou não da fome e miséria no Governo Tasso Jereissati (1º mandato)	Número de mulheres	%
Fome não diminuiu	367	54,2
Fome diminuiu	234	34,6
Não sabe	26	3,8
Não respondeu	50	7,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 113

SOBRE AS ELEIÇÕES DO ANO DE 1992 PARA PREFEITO
POR NÚMERO DE MULHERES

Sobre as eleições no ano de 1992 para Prefeito	Número de mulheres	%
Votou e lembra o nome do candidato	566	83,6
Votou e não lembra o nome do candidato	21	3,1
Não votou	69	10,2
Votou nulo	4	0,6
Outros	2	0,3
Não sabe/não se lembra	7	1,0
Não respondeu	7	1,0
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 114

IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO DO PREFEITO POR
NÚMERO DE MULHERES

Identificação do partido do Prefeito	Número de mulheres	%
PMDB	89	13,1
PSDB	57	8,4
PFL	59	8,7
PDS	33	4,9
Outros	18	2,7
Não sabe	229	33,8
Não respondeu	101	14,9
Não se aplica	91	13,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 115
SOBRE AS ELEIÇÕES DO ANO DE 1992 PARA VEREADOR
POR NÚMERO DE MULHERES

Sobre as eleições no ano de 1992 para Vereador	Número de mulheres	%
Votou e lembra o nome do candidato	549	81,1
Votou e não lembra o nome do candidato	27	4,0
Não votou	71	10,5
Votou em branco	2	0,3
Votou nulo	1	0,1
Outros	2	0,3
Não sabe/não se lembra	16	2,4
Não respondeu	8	1,2
Sem consistência	1	0,1
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 116
IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO DO VEREADOR POR
NÚMERO DE MULHERES

Identificação do partido do Vereador	Número de mulheres	%
PMDB	79	11,7
PSDB	50	7,4
PFL	54	8,0
PDS	27	4,0
PT	13	1,9
Outros	17	2,5
Não sabe/não lembra	226	33,4
Não respondeu	107	15,8
Não se aplica	104	15,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 117
RECONHECIMENTO DO NOME DO PREFEITO DO MUNICÍPIO
POR NÚMERO DE MULHERES

Reconhecimento do nome do Prefeito do município	Número de mulheres	%
Sim	632	93,4
Não	42	6,2
Não respondeu	3	0,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 118
IDENTIFICAÇÃO DO VOTO NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE
DA REPÚBLICA (2º TURNO) POR NÚMERO DE MULHERES

Identificação do voto nas eleições para Presidente da República (2º turno)	Número de mulheres	%
Fernando Collor	322	47,6
Luiz Inácio Lula da Silva	132	19,5
Outros	10	1,5
Não votou	120	17,7
Não sabe	53	7,8
Não respondeu	38	5,6
Não se aplica	2	0,3
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 119
RECONHECIMENTO DO NOME DO ATUAL PRESIDENTE DA
REPÚBLICA (ITAMAR FRANCO) POR NÚMERO DE MULHERES

Reconhecimento do nome do atual Presidente da República (Itamar Franco)	Número de mulheres	%
Sim	220	32,5
Não	452	66,8
Não respondeu	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 120

AVALIAÇÃO DA VIDA NO CAMPO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS
(GOVERNO CIRO GOMES) POR NÚMERO DE MULHERES

Avaliação da vida no campo nos últimos três anos (Governo Ciro Gomes)	Número de mulheres	%
Melhorou muito	25	3,7
Melhorou pouco	39	5,8
Nem melhorou nem piorou	72	10,6
Piorou um pouco	76	11,2
Piorou muito	458	67,7
Depende	7	1,0
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 121

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DA MULHER NOS
ÚLTIMOS TRÊS ANOS (GOVERNO CIRO GOMES) POR
NÚMERO DE MULHERES

Avaliação da situação econômica da mulher nos últimos três anos (Governo Ciro Gomes)	Número de mulheres	%
Melhorou muito	22	3,2
Melhorou pouco	108	16,0
Nem melhorou nem piorou	132	19,5
Piorou um pouco	92	13,6
Piorou muito	317	46,8
Não sabe	1	0,1
Não respondeu	5	0,7
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.

TABELA 122

OPINIÃO SOBRE O RESPONSÁVEL PELA ATUAL SITUAÇÃO
POR NÚMERO DE MULHERES

Opinião sobre o responsável pela atual situação	Número de mulheres	%
Governo	375	55,4
Presidente	84	12,4
Empresários e/ou comerciantes ricos	19	2,8
Carestia (alto custo de vida)	3	0,4
Outros	114	16,8
Não sabe	59	8,7
Não respondeu	23	3,4
Total	677	100,0

FONTE: Pesquisa direta no período de 1993 a 1996, junto a 83 municípios do Estado do Ceará.



Impresso na Imprensa Universitária da
Universidade Federal do Ceará - Av. da
Universidade, 2932 - Caixa Postal 2600
Fone/Fax: (085) 288.7486 - Fortaleza
Ceará - Brasil

Trabalhadoras Rurais do Nordeste e integrou a coordenação do 1º Encontro Latino-Americano e do Caribe de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado no Ceará. Atualmente é consultora da CONTAG para o Projeto Crédito Fundiário. Natural de Tianguá. Mãe de Nélgima, Henrique e Sibelle. Avó de Ícaro, Luciana e Melissa.

Margarida Maria de Souza Pinheiro, coordenadora geral do CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR-Cetra, é assistente social e fundadora desta entidade. Coordenou na instituição, ainda na década de 1980, o programa "Apoio à Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais" e, posteriormente, o programa "Mulher e Cidadania". Articulou as trabalhadoras rurais locais, com os estados de Pernambuco e Paraíba, que resultou, anos depois, na organização do "Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste/MMTR-NE", prestando assessoria ao mesmo durante dez anos. Integrou a Coordenação do 1º Encontro Latino-Americano e do Caribe de Mulheres Rurais, realizado no Ceará em 1996 e é componente da Rede Latino-Americana e do Caribe de Mulheres Rurais no Brasil-REDE LAC, com sede em Recife-PE.